

# PROPOSTA-2

revista a serviço da educação de base



XILOGRAVURA: JOSÉ COSTA LEITE

# P R O P O S T A

revista a serviço da educação de base

Setembro 1976, nº 2

trimestral

Ano 1

---

## EDITORIAL

Jean Michel Rousseau 3 Apresentação

## ARTIGOS

Elter Dias Maciel 7 Avaliação:  
algumas considerações

István Jancsó 23 A continuidade como critério de avaliação:  
reflexões sobre o "Projeto Reconstrução"

Sérgio Goes de Paula 53 Subsídios para Avaliação de serviços de saúde

Ida Jancsó 63 Avaliação-Programação:  
a propósito do trabalho da Equipe de Vitória/E.S. da FASE

INFORMAÇÕES 77

CORRESPONDÊNCIA 80

---

PROPOSTA, revista a serviço da educação de base, é editada pela FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, Rua das Palmeiras, 90, Rio de Janeiro (RJ). Coordenador Nacional: Jean Michel Rousseau. Redação: Beatriz Araújo, Elter Maciel, István Jancsó, João Luís van Tilburg. Dactilografia: Helena Dias. Impressão: Edival Mazoli. Assinatura anual: Cr\$ 60,00; número avulso: Cr\$ 15,00, exterior ... US\$ 2,00.



## A P R E S E N T A Ç Ã O

Proposta, sempre no desejo de ajudar os agentes sociais e os responsáveis pelos programas de intervenção a refletir e melhorar sua ação, tem como enfoque do seu 2º número o tema Avaliação.

Seria difícil duvidar da importância e do interesse imediato de tal tema. Avaliação, para quem lida com programas de intervenção social sem ser agente direto destes, tornou-se assunto de estudo, tema de encontro, requisito de entidades doadoras para financiamento de projetos, campo de "especialização" para cientistas sociais, e fonte de remuneração para outros. Para quem está envolvido diretamente nos programas, avaliação tanto pode significar fiscalização, como pode ser meio de provar a validade do que se faz. Pode ser justificativa como obrigação. Raramente avaliação é considerada pelo que ela deve ser e significar: um instrumento eficiente e contínuo do próprio processo de intervenção social, parte integrante dos programas, sem a qual não há possibilidade de reflexão e melhoria da ação, nem chance de eficácia e sucesso da intervenção social.

Isso é o que a Avaliação deve ou deveria ser. Mas para tanto, para ser realmente um instrumento no interior dos programas que possa melhorar a qualidade e a eficácia destes, a avaliação deve responder a sérios requisitos. É o que procura mostrar o primeiro artigo dessa revista: "Avaliação: algumas considerações". Coloca-nos os riscos do empirismo, dos modelos pré-fabricados ou externos, dos roteiros padronizados, das chamadas neutralidades dos avaliadores. E mostra-nos a necessidade de se avaliar programas dentro do contexto social global, e de se ter, por parte dos avaliadores,

consciência desse contexto e da proposta que levam.

A revista estuda em seguida o tema proposto a partir da prática: concretamente, a partir de 3 tipos de programas ou projetos.

Uma primeira prática é de caráter mais assistencialista: o projeto de Reconstrução, de Recife. O projeto será descrito e analisado, como será descrita e analisada também a avaliação que foi feita desse projeto.

O segundo tipo de prática abordada é do setor chamado de "serviços", e mais particularmente os serviços de saúde. Tendo considerações sobre o contexto histórico, econômico e social no qual se inserem esses serviços, e mostrando a necessidade de uma integração maior deles na vida de trabalho e produção, e no desenvolvimento mais global da população e das comunidades, o artigo fornece aos agentes subsídios indispensáveis para avaliação dos seus programas ou projetos de saúde.

Um outro programa analisado é o da FASE em Vitória/ES: programa de caráter educativo e participativo, dentro do qual avaliação e programação foram assimiladas e consideradas como partes integrantes. Constatam-se os erros cometidos, e os benefícios que a prática da avaliação trouxe ao programa.

Esperamos então que este número de Proposta lhes seja útil, assim como cremos que o foi o primeiro número. Este teve boa aceitação, nos valeu numerosas respostas (e algumas assinaturas) e suscitou, entre agentes de intervenção social, estudos e discussões.

Como foi expresso no início de Proposta, achamos importante que haja esse intercâmbio constante entre a revista e os agentes: que Proposta reflita e analise a prática dos programas, que os agentes participem diretamente da elaboração

e da análise, que possam expressar suas discussões, sua concordância ou discordância, e que haja relacionamento permanente entre redatores e agentes de base.

Esperamos que o tema Avaliação e sua inserção nos programas suscitem essa reflexão e esse intercâmbio.

Rio de Janeiro, Agosto de 1976.

Michel Rousseau





Elter Dias Maciel

## 1. Colocação do problema

"Avaliação" é hoje um termo corrente nos vários círculos onde se executam projetos de intervenção social. Ao mesmo tempo é atividade intensa que absorve grande parte do tempo de "técnicos em avaliação" e cientistas sociais.

Na América Latina, em função do grande número de programas e projetos que são executados "em busca do desenvolvimento" e "para melhorar as condições de vida das populações pobres", tem se transformado em atividade prioritária para pessoas e grupos; alguns se dedicando com exclusividade a este tipo de trabalho.

Por outro lado existem organismos internacionais que fornecem ou técnicos ou *modelos* de avaliação para diversos países (ou todos) exportando sua maneira de encarar o problema.

Alunos dos cursos de pós-graduação de universidades norte-americanas e profissionais de órgãos como FINA, UNESCO e USAID são encontrados tanto na América Central como em países do Sul como Chile, Uruguai, etc., implantando seus "modelos".

atitudes  
avaliadoras

É óbvio que já se podem detectar linhas predominantes de *comportamento avaliador*. Os projetos mais diversos têm sido colocados sob a mesma perspectiva. "Modelos" e "roteiros" de avaliação são utilizados sem o devido questionamento. Mais ainda: avaliadores nacionais vão aplicando indiscriminadamente estes roteiros para aferir os trabalhos que realizam equipes diversas em programas de natureza diversa, transformando estes

roteiros em chave mágica.

Os equívocos que resultam destas atitudes têm confundido muitas pessoas e levado a julgamentos precipitados, contribuindo muito para o caos existente no setor dos programas e nos congressos e encontros sobre avaliação.

Um fato é claro: alguns destes modelos (quase todos representando as mesmas posições) estão espalhados por toda a América Latina tentando influir nas análises que vão desde os projetos de recuperação de Honduras após o furacão "Fifi" até aqueles colocados nas "fronteiras agrícolas" do Nordeste.

avaliação e  
totalidade do  
fato social

Embora falando em avaliação como sendo *permanente*, as atividades e os "modelos" têm mostrado outra realidade. As atitudes e a maneira com que são empregados estes roteiros delineiam rumos diferentes. A avaliação tem entrado como atividade isolada e completa, podendo ser efetuada por especialistas independentemente de sua relação com o projeto analisado e da maneira com que encara o fato social.

Então, solicita-se um técnico, ou determinado escritório para *avaliar* um projeto específico, sem atentar bem para a complexidade do problema. Coloca-se o problema apenas em termos de capacidade dos técnicos avaliadores. Embora sendo da máxima importância, o problema da capacidade (titulação, qualificação) está longe de ser central porque é apenas ponto pacífico, isto é, em qualquer circunstância, a administração dos projetos deveria escolher pessoas capazes de executar o trabalho. O problema central está relacionado com a visão que tem o avaliador da sociedade. A maneira com que vê a totalidade do fato social no momento histórico, e o conhecimento específico da região onde se instaura a intervenção social.

## 2. A função da metodologia

As considerações acima, à primeira vista, podem parecer unilaterais ou anti-científicas, mas o que nos leva a estas considerações é exatamente a atitude contrária. A percepção do fato, numa perspectiva histórica, conduz à constatação oposta: o desenvolvimento das Ciências Sociais exige mais clareza em relação a este posicionamento. Isto em função de uma série de constatações, dentre as quais, convém destacar:

a - A metodologia sempre foi uma arma social e política. Em qualquer circunstância, a análise de uma sociedade sempre foi feita a partir de determinada visão que (conscientemente ou não) implica em *posicionamento* em relação às interrelações existentes nesta sociedade. Os cientistas e filósofos, mesmo e principalmente aqueles que lograram alcançar as grandes sínteses que tornaram possível uma explicação da sociedade, fizeram-no em função de uma posição definida e não através de um distanciamento neutro da mesma. A negação deste fato é que tem levado a posições anti-científicas. A tentativa de fugir a esta realidade se dá, principalmente, em dois níveis:

1. Os técnicos que ignoram *realmente* os condicionamentos que influenciam seu trabalho, mas nem por isso deixam de ser condicionados por forças que desconhecem.
2. Os técnicos que escondem conscientemente as intenções últimas de sua análise, no momento da colocação do instrumental com que vão operar.(1)

---

(1) Há aqui circunstâncias diversas mas, em geral, dentro de duas tendências: os profissionais que representam organismos internacionais que tem interesses específicos tanto nos projetos como nos países onde são instaurados e cientistas sociais que, por razões de censura e/ou interesses pessoais, escolhem a "neutralidade".

b - As posições de "neutralidade" e "isenção", embora aparentemente desejáveis, contribuem para o obscuramento da verdadeira colocação do problema. Em Ciências Sociais a posição mais correta é a que reconhece, sem subterfúgios, que o analisador faz parte do objeto que estuda, e quanto mais clara for sua colocação, mais avanços se obtêm na análise, que é parte de um processo e não obra acabada. Isto significa que o autor se oferece também como objeto ao leitor.

Mas é necessário não simplificar demasiadamente o problema. O que se coloca aqui não exclui a necessidade da descrição pormenorizada do fato, da quantificação rigorosa e nem da aplicação cuidadosa dos questionários e da elaboração das entrevistas. O desenvolvimento das Ciências Sociais pressupõe que tanto a clareza de posição quanto o rigor neutro (aí sim) em relação às especificidades, devem andar juntos.

c - Os processos de raciocínio empregados em qualquer análise, ou levantamento, não podem ser considerados como "simples ordenação do pensamento" mas como uma *relação entre o conhecimento e a existência*, isto é: ordeno meus pensamentos muito mais em função da existência que levo do que em função de uma lógica abstrata. Em termos do que se vem falando aqui já deve ficar claro que o raciocínio deve ter como ponto de partida as necessidades, as limitações e a colocação do homem carente em relação ao seu trabalho e à sua posição nos mecanismos da sociedade.

d - Então, a necessidade de se aferir sempre e de se analisar permanentemente, surge em função do reconhecimento de que o que se analisa são construções (instituições, valores, etc.) humanas, homens em interação e não um objeto acabado e definitivo.

Essas construções refletem, através dos seus mecanismos, a maneira com que os homens se articulam, em determinado período de sua história. Refletem a maneira com que tentaram dominar outros homens e a natureza. Por outro lado, os mecanismos refletem também as lutas internas pelo poder e o estabelecimento de uma hierarquia tanto de homens como de valores. Como esta é uma movimentação constante, o que se deve captar em qualquer análise são as tendências que, no momento, predominam, e desvendar as rearticulações que estão sendo feitas.

### 3. Tendências

Há perspectiva do que foi colocado aqui, convém dedicar um pouco de atenção ao modelo predominante. Isto será feito não em função de mostrar um modelo que *claramente* esteja sendo oferecido ou colocado, mas em função do que estamos chamando "atitude avaliadora" predominante, isto é, os componentes que, em última instância estão prevalecendo quando se "*avalia*".

- a - Em geral fala-se em termos de *medição*, isto é, de captar quantitativamente os passos e resultados executados pelo projeto ou programa.
- b - Enfatiza-se também o alcance dos objetivos, comparando-se o que foi proposto inicialmente e o que se vem obtendo ou se obteve.
- c - Analisa-se também o instrumental utilizado discutindo-se sua adequação ou não em função do que se pretende obter.
- d - Alguns (poucos) se propõem a discutir o que chamam de metodologia do programa ou projeto a partir de um levantamento que, em geral, se limita ao discurso do próprio *projeto*, isto é, sem analisar com clareza o *posicionamento* do projeto (suas pressuposições e a maneira com que se insere no contexto social) ou das pessoas que o executam.

Como não é (pelo menos neste artigo) ainda o momento de se esquadriñar exhaustivamente o problema, pois isto implicaria em trabalho bem mais extenso, vamos apenas dizer que estas são aproximações que se colocam quase todas em perspectiva *empirista*.

#### 4. A influência "empirista"

Os empiristas, que pressupõem que o conhecimento é o resultado das percepções sensoriais imediatas do indivíduo, consideram, por este motivo, que suas categorias e valorações não interferem na análise. É a pressuposição implícita de que o cientista ou o investigador, pelo seu treino e capacidade, consegue eliminar suas posições pessoais e a maneira com que vê a sociedade, trabalhando exclusivamente com a descrição "exata" do objeto que estuda. (1)

razão no racionalismo

Mas isto se dá em função de pressuposição anterior, que é a crença na filosofia do racionalismo, que no seu apogeu enfatizou a capacidade do homem raciocinar livremente, isto é; alcançar através da razão o conhecimento da realidade. Razão, nesta perspectiva seria a ordenação do pensamento, mais que uma relação. Seria a capacidade de, através do raciocínio lógico chegar a conclusões e explicações que desvendassem a complexidade de todo o comportamento humano.

Mas o que convém realçar aqui é que, numa perspectiva mais atenta e crítica, o racionalismo, por sua vez, nasceu da luta política quando serviu de arma para destruir gradativamente as instituições do Antigo Regime.

A burguesia, classe ascendente, utilizou sua teoria para destruir as legitimações do feudalismo, ou seja, os comerci-

---

(1) Quanto a isto convém estar atento para o fato, bastante comum hoje, de que a tendência ao empirismo aparece muitas vezes em atitudes que não se classificam como tal.

antes e homens de conhecimento formularam instrumental para atacar os senhores feudais e o poder baseado nas grandes propriedades rurais.

Convém lembrar que o racionalismo foi eficaz e necessário para desmistificar as legitimações da ordem feudal que se escondia, principalmente, dentro do discurso religioso, teológico. As defesas da "ordem" se apoiavam fortemente em pressupostos de caráter religioso. A utilização da *razão* e da *experiência* se mostram armas eficientes para combater as justificações existentes. O "espírito lógico" vem rebater as argumentações que utilizavam a *vida futura* e os prêmios de *além-túmulo* para justificar a desigualdade gritante da ordem social. A razão entra, então, como princípio norteador e a experimentação (utilização dos dados empíricos) como ferramenta eficaz para construção de um novo mundo e uma nova sociedade.

Isto significa que a visão de mundo, o instrumental de análise (método e explicação) foram cunhados na luta, e com objetivos definidos. Uma vez alcançado o poder, o instrumental é utilizado para legitimar as instituições, valores e explicações que se formam. Torna-se em horizonte de reflexão para toda a sociedade e tenta, conseqüentemente interpretá-la através deste enfoque. É nesta perspectiva que se insere a colocação empirista que implica basicamente em acordo a respeito da ordem e dos mecanismos que regem a sociedade, isto é, trabalha-se nas mediações e detalhes porque não se questionam as articulações maiores.

instrumental inadequado:  
obscurcimento da realidade

No entanto, quando se observa os setores carentes da população cujas características de existência (pobreza, miséria, falta de informação, desemprego e sub-emprego) tende a isolá-los dos benefícios que a sociedade fornece, não parece adequada a utilização de instrumen-

tal que não seja capaz de captar a situação real em que vivem. Se razão é uma relação entre existência e conhecimento, qual a existência que determinará esta relação? Em outras palavras o instrumental de análise que descreve e planeja na perspectiva em que vivem estes setores, não pode ser aquele que foi formulado em outros setores da população em outro momento histórico. Ao contrário, sua utilização só poderá obscurecer os mecanismos e a possível explicação do fato social. Não é de se estranhar, pois, que, em geral, tanto as interpretações como as sugestões provenientes deste tipo de enfoque levem a reforçar projetos que modernizem a situação dos grupos atingidos sem atentar para os aspectos formativos da intervenção social.

Uma vez constatado que a burguesia impôs um instrumental aos setores menos favorecidos da sociedade, constituindo-se em interpretação predominante, e também entendido que o faz para justificar e legitimar sua permanência no poder obscurecendo a verdadeira situação da sociedade, seus quadros de referência (sua ideologia) procuram estabilizá-la. Os processos de "medição" empregados, e que constituem a constante nos modelos de avaliação empregados são expressão do que ocorre neste nível, uma vez que a superação da problemática só é possível através da percepção dos mecanismos que controlam a sociedade.

##### 5. Onde se situa a avaliação

Nesta perspectiva "avaliação" deve ser compreendida como um momento da prática, um momento de análise. Estabelecendo-se o princípio de que a análise deve ser parte constitutiva da ação que o homem exerce na sociedade, a "avaliação" se insere como um *aperfeiçoamento* necessário desta ação e desta reflexão sobre a sociedade. Então, não se trata de "conhecer" pura e academicamente a realidade; o fato social deve ser vivido e produzido incessantemente. Neste contexto é que se pensa em "avaliação", isto é, reforçar, aprofundar e modificar o que se conheceu em aproximação anterior.



avaliação e proposta concreta

E é preciso tornar claro o que, não raro, se processa em relação a determinados projetos: se não existe nenhuma proposta concreta ou planejamento (e há casos em que isto se dá) que reflita análise anterior, o que se vai fazer então é a própria análise, ou um levantamento prévio, mas não é ainda avaliação. Nestes casos o que se deve constatar é que houve alguma implantação indevida ou então transposição de experiência sem a percepção clara de possibilidades e consequências. Em geral, o não reconhecimento disto se dá:

- a - Em função das necessidades profissionais do(s) avaliador(es) que aí sim, e claramente, implanta(m) um modelo padronizado e/ou alheio à realidade.
- b - Ignorância ou inobservância dos mecanismos existentes em qualquer organização social.
- c - Ignorância dos mecanismos sociais e das interrelações que compõem a existência do(s) próprio(s) avaliador(es). A esta altura do desenvolvimento das Ciências Sociais, é bastante ingênuo tentar fugir ao fato de que o técnico é parte de uma sociedade, formou-se segundo a orientação de determinada escola, está inserido em setor específico desta sociedade e, não menos importante, está, em geral, ligado a entidades ou organizações que representam tendências.

Deve-se ter em mente também o fato de que o avaliador vai modificar seu quadro de "conhecimentos" sobre a organização social onde o projeto se instaurou. A colocação inicial (hipótese ou pergunta tentativa) deverá sofrer as alterações que a compreensão do fato social exigir.

avaliação e indivíduos atingidos

Nos projetos de intervenção social (que são os que mais interessam aqui) o que questiona fundamentalmente é a maneira pela qual o grupo de indivíduos atingidos percebe com clareza o significado real do seu trabalho e até que ponto pode

vencer as mistificações que envolvem sua atuação no contexto em que vive. Em outras palavras, as condições em que o homem realiza seu trabalho são ocasionadas por relações concretas cuja extensão e significado, em função de diversos fatores, lhe escapam. Então, como decorrência direta os critérios para "avaliação" de um projeto ou programa, desde seu planejamento inicial, sua reformulação e continuidade implicam na percepção clara das relações homem-trabalho-contexto social.

avaliação e caráter educativo dos projetos

Como a discussão se centraliza no aspecto educativo dos projetos, isto é, daqueles que se voltam prioritariamente para a formação dos indivíduos e não para a solução de necessidades imediatas - e isto se dá principalmente em função do reconhecimento de sua ineficácia e utilização equivocada - o que se procura fornecer através da intervenção social é, principalmente, o instrumental necessário à compreensão de como se articulam, em uma sociedade dada, as forças que geram, mantêm e justificam as relações mencionadas acima. E isto tem que ser compreendido em toda a sua extensão e implicações: o homem só pode ser *promovido* ou formado quando reconhece que é definido pelas suas necessidades, as condições materiais de sua existência, suas aspirações, etc., mas principalmente pela natureza de seu trabalho - o que significa sua utilização, o que se constrói com ele, e o que significa enquanto relação com outros homens e forças da sociedade e da natureza. Tudo isto tem que se tornar claro tanto para quem analisa como para os grupos atingidos pelo projeto.

Estas considerações levam a inevitáveis observações sobre programas de intervenção social.

a - Em geral procuram atingir *grupos* de pessoas no interior de uma população. Sejam de caráter educativo, assistencial ou híbrido, estão sempre atingindo *parcelas* da população, isto é, um conjunto de pes-

## 7. Modelo ou passos apropriados?

Mas os problemas não se resolvem apenas com a constatação dos erros existentes. É necessário que se tomem medidas para saber o que se vai avaliar. Os projetos e/ou programas não são uniformes. Ao contrário, quase sempre representam tendências diferentes em situações diferentes, apresentando diagnósticos, instrumental e objetivos também diferentes. Uma vez que se constata tudo isto, a conclusão a que se chega é que não se trata, então, de buscar, aqui, um *roteiro* de avaliação. Cada projeto pode *estar* em determinada fase ou representar enfoque diversificado. A busca de um modelo padronizador representa, possivelmente, a falta de percepção de onde se encontra o problema. Além do mais, isto seria incorrer em erros anteriores e já apontados.

Por outro lado a experiência tem mostrado que a diversificação às vezes fica encoberta pelos objetivos expressos *apenas* na exposição formal de determinados projetos, que não apresentam nem instrumental de análise e nem de prática adequados. (Em geral, hoje, todo projeto se diz educativo ou promocional), e que, na maioria das vezes, levam a atitudes nitidamente assistencialistas. Há ainda aqueles que são híbridos em função de contingências locais, de catástrofe ou de calamidade pública. (vide o artigo deste número sobre o Projeto Reconstrução).

Esta diversidade e complexidade mostram, por si, o equívoco existente na elaboração de "modelos" ou roteiros. Isto posto, chegamos a um ponto em que fica evidenciado que a questão não é falar e nem propor *formas* de avaliação, e sim, em tratar especificamente da avaliação de tal ou qual projeto, e aí sim, cuidar dos passos apropriados para o trabalho.

Em função destas constatações e levando-se em consideração a natureza de cada projeto, a posição em relação à atitude avaliadora pode variar:

- a - Nos casos em que o projeto é apenas uma transposição de modelo (seja de cursos, capacitação de pessoal, saúde, etc.) parece-nos que o fundamental seria a implantação imediata de análise sistematizada das condições sócio-econômicas onde se instaurou o projeto. Não se justifica "avaliar" instrumentos, objetivos ou mesmo etapas de um projeto que estaria viciado na origem. A continuidade ou não da própria execução do projeto dependeria deste passo inicial.
- b - Naqueles projetos que refletem (em seu planejamento e descrição de objetivos) conhecimento da situação sócio-econômica, mas pouca clareza em relação a objetivos e instrumentos, a posição do avaliador será, então, centrada na investigação dos instrumentos, a adequação destes aos objetivos propostos e à verificação do processo educativo e seus efeitos sobre a população.
- c - Quando existe por parte de um projeto tanto a consciência da situação sócio-econômica como escolha adequada de instrumentos para sua realização, além da clareza de objetivos, aí sim, é que se monta um roteiro para avaliar seu desenvolvimento.

Então, na perspectiva proposta, trata-se fundamentalmente de verificar a transformação operada ao nível da população. E aí é que uma avaliação se mostraria eficiente em relação ao que foi dito no item "onde se situa a avaliação", isto é, o projeto, seja em fase inicial, intermediária ou final, conseguiu que se operassem as transformações fundamentais, ou é apenas a preparação para *outro* projeto, e assim, indefinidamente.

O que se vai julgar é até onde se conseguiu transmitir à população, e não somente a grupos isolados, a capacidade de se situar em dada sociedade. E mais, até onde os setores atingidos serão capazes de considerar, as possibilidades de *tra-*

*balhar* a realidade em benefício próprio e de toda a população, aprimorando os instrumentos recebidos e criando outros.



István Jancsó

## 1. Introdução

O "Projeto Reconstrução" mobilizou, durante bom período de tempo, considerável soma de esforços para fazer face aos estragos causados pelas enchentes que afetaram a vida da cidade de Recife, e de sua população, durante o ano de 1975. Trata-se, agora, de pensar, de maneira ordenada, esse processo que envolveu um número considerável de pessoas dos mais diferentes tipos, e com os mais diferentes objetivos.

Esse pensar o processo tem, também, um objetivo: sistematizar a experiência para analisar alternativas de trabalho e de atuação para todos que intervieram no "Projeto". Trata-se de avaliar um conjunto de práticas para melhorar as condições de trabalho daqueles que buscam agir ao nível da prestação de serviços a populações carentes em áreas urbanas.

Não é este o momento de teorizar sôbre avaliação. Trata-se de avaliar um processo localizado e datado, com base em critérios definidos - Em relação à concepção teórica de avaliação, encontra-se, neste número, o artigo de E. D. Maciel "*Avaliação: algumas considerações*".

Projeto Reconstrução:  
tipicamente assisten-  
cialista

Não há dúvida de que, no caso presente, trata-se de uma prática específica de avaliação. Isso decorre do fato de que o processo social que se busca compreender é específico. A especificidade, em relação ao processo que se procura compreender, situa-se no caráter tipicamente assistencialista do "Projeto Reconstrução". Independentemente de certas conotações de tipo educativo que o "Projeto" assumiu, os limites e objetivos da prática

situavam-no dentro dos limites do consumo. Não há como negar que se tratou, fundamentalmente, de buscar, nos limites do possível, a recomposição da capacidade de consumo de um bem específico (moradia, casas) que foi minorado por efeito das enchentes. Evitou-se, conscientemente, a atribuição das enchentes a um fenômeno natural, como frequentemente se é tentado a fazer. As enchentes, *na forma que assumiram*, representam um fenômeno social, e é assim que serão consideradas. Tanto é que os efeitos das enchentes não foram pensados em termos de volume de água (mm de precipitação, m<sup>3</sup> de vazão, etc) mas em termos de indicadores sociais: número de casas destruídas, número de mortos, total dos prejuízos em cruzeiros, etc. Essa ressalva, longe de representar uma tentativa de diminuir a significação do "Projeto", tem o objetivo estrito de situá-lo com maior precisão. Prática essencialmente assistencialista, há que avaliá-la enquanto tal.

o problema da  
continuidade

Por outro lado, a especificidade em relação ao processo de avaliação decorre exatamente do fato de que, embora predominantemente assistencialista, o "Projeto" integrou uma série de práticas isoladas (de grupos e entidades) que não têm objetivos explicitamente assistencialistas ou predominantemente assistencialistas. Integrou, enfim, grupos e entidades cuja experiência anterior de trabalho junto a populações carentes situava-se no plano da prática educativa (mais ou menos assistencialista, segundo cada caso; mas isso pouco importa, agora). O fato é que essa integração de grupos e entidades que operam na linha da ação educativa incorporou uma preocupação ao "Projeto", que a simples reconstrução de casas destruídas não poderia, na sua forma simples (técnica), comportar: o problema da continuidade do trabalho realizado. Contudo, haveria que se discutir em que medida a prática educativa é real ou potencialmente assistencialista. Esta questão foi abordada no nº 1 desta revista (*Assistencialismo - uma questão em aberto, de Michel Rousseau*).

É essa a especificidade da avaliação: ela terá que reproduzir a ambiguidade do processo cumprido, localizar e explicar as ten-



sões, os problemas surgidos, situar os resultados alcançados no processo social que lhes confere significado, apontar alternativas.

Dai, uma diferença entre linha de análise e linha de exposição. Os elementos centrais da análise, os problemas centrais, enfim, foram, bem ou mal, definidos durante o "Encontro de Avaliação do Conselho de Agências Voluntárias em Recife", realizado no antigo Seminário de Olinda, no dia 19 de março de 1976.

a busca  
do significado  
do processo

Esse encontro, que contou com a participação da maior parte das entidades que formaram o Conselho, definiu dois assuntos principais:

1. Avaliação da realização do "Projeto Reconstrução".
2. Reflexões sobre o futuro e a continuidade das atividades do "Conselho".

Independentemente dos desdobramentos práticos deste encontro, pode-se afirmar que os problemas centrais de uma avaliação foram apontados, se bem que não esclarecidos com o rigor que se faria necessário. Representam esses pontos, de qualquer forma, um esboço de análise que a documentação resultante do processo se encarregará de completar. A exposição, por outro lado, partirá, necessariamente, de uma localização do processo a ser avaliado. E, centrado em torno das variáveis básicas (as relações fundamentais do processo), tentará apontar o seu significado, não somente como acumulação de experiência, mas também como busca de alternativas.

Participaram do encontro: Catholic Relief Service (C.R.S.), Church World Service (C.W.S.), OXFAM, Assistência Social Adventista (A.S.A.), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Operação Esperança, Voluntários Holandeses, Voluntários Alemães. Não se fizeram representar: Comissão Menonita, Arquidiocese, Federação das Cooperativas Mistas de Pernambuco (FECOMIPE).

## 2. As enchentes

Na véspera das enchentes de julho de 1975, havia preocupação por toda a cidade. Na área oficial conjecturava-se acerca do que poderia ocorrer. O *Jornal da Cidade*, na edição extra de 22/7/76 informava:

O Secretário da Segurança Pública, Rui Aires Lobo, afirmou na sexta-feira ao Governador que não haveria cheia no Recife pelas seguintes três razões: 1. os ratos não saíram de suas tocas; 2. os passarinhos continuavam voando e 3. e as tanajuras não tinham aparecido. Às duas horas da manhã da sexta para o sábado, as tanajuras ainda não tinham chegado, mas a cheia já estava aí.

### 2.1. Pequeno histórico

As enchentes do rio Capiberibe, no Recife, remontam ao tempo do Brasil Colonia e já em 1647 Barleus faz referência a esse tipo de fenômeno. Mas é neste século que as enchentes passam a assumir dimensões sociais catastróficas. Com intervalos mais ou menos regulares, desde 1931 o fenômeno se repete, aumentando de intensidade e de gravidade. A partir de 1931, verificaram-se cheias, de maior ou menor gravidade durante os anos de 1931, 1935, 1940, 1944, 1950, 1954, 1955, 1966, 1969. Durante a cheia de 1970, Barbosa Lima Sobrinho, no *Jornal do Brasil*, pergunta: "Por onde anda o trabalho das represas projetadas para a regularização do Curso do Capiberibe? Que fez a SUDENE nestes quatro anos de prazo concedido pelo rio?" para observar, no ano seguinte, durante as cheias de 1971, que é "como se o extraordinário virasse rotina".

Não que não se tenham tomado providências. A mais importante entre estas foi a construção da barragem de Tapacurá, que se pensava representar a solução de dois problemas: a falta de água para o abastecimento da cidade e o problema das cheias. Material de propaganda da obra informava que só haveria, no futuro, inundações, "se os recifenses deixarem abertas as torneiras de suas casas" (cf. *Jornal da Cidade*, edição extra de 22/7/75).

as áreas atingidas

A cheia, entretanto, chegou, e rapidamente assumiu dimensões extraordinárias. No dia 17 de julho todo

o Recife e os oito municípios da área metropolitana, o Agreste Setentrional e o Meridional, e as Zonas da Mata Seca e Úmida, integrados por 97 (noventa e sete) municípios estavam em estado de emergência, em consequência das inundações provocadas pelos rios Capiberibe, Ipojuca, Pirapama, Serinhaém, Tapacurá e seus afluentes. Várias cidades foram afetadas: Vitória de Santo Antão, Paudalho, Limoeiro e Carpina. Áreas ribeirinhas de Ipojuca, Serinhaém, Jaboatão, Escada, Cabo, Passira e Macaparana foram atingidas.

Outras cidades e povoados menos importantes sofreram efeitos da alta dos rios (Jornal do Comércio, 18/7/75), sendo que a 22 de julho noticiou-se que o povoado de Barriguda foi totalmente invadido pelas águas do Capiberibe e desapareceu do mapa. No município de Limoeiro, onde se situava o povoado, cerca de 2 mil pessoas ficaram desabrigadas, e 32 cidades que faziam parte da rede elétrica comandada por Limoeiro, onde se localiza a central de distribuição, estão sem energia elétrica.

No Recife, os bairros mais atingidos pelo transbordamento do Capiberibe foram: Caxangá, Várzea, Dois Irmãos, Graças, Aflitos, Tamarineira, Paissandu, Coelhos, Av. Conde da Boa Vista, Arruda, Encruzilhada, Hipódromo, Campo Grande, Beberibe, Afogados, Imbiribeira, Estrada dos Remédios, Estância, Madalena, Prado, Torre, Ilha do Retiro, Cajueiro, Peixinhos, Águas Compridas, Caixa d'Água, Casa Forte, Poço da Panela e Formigueiro.

No dia 17 de julho o Jornal do Comércio informa a existência de 4 mil flagelados. Esse total aumenta. Segunda-feira, dia 21 de julho, o Diário de Pernambuco informa que foram recolhidos 89 cadáveres de vítimas das cheias, sendo que esse número cresce para 104, segundo informação do Instituto Médico Legal, do dia 23.

Com o recuo das águas, permanecem os resultados da inundação. A Secretaria do Planejamento da Prefeitura Municipal do Recife estimou em 70.257 o número de casas danificadas. O número de de-

sabrigados é grande, e estes são alojados, provisoriamente em abrigos, (cujo número atingiu a 122) instalados em Igrejas, escolas, edifícios públicos. As condições de acomodação e de vida nestes abrigos são de má qualidade. O repórter Geraldo Sobreira passou um dia no abrigo instalado no Colégio Joaquim Nabuco e relatou as condições de vida nesses locais, com seus dramas, sofrimentos e belos momentos de solidariedade (Jornal da Cidade, edição extra de 22/7/75). Assim que se tornou possível, iniciou-se o retorno dos flagelados às suas casas ou ao que restou delas.

O prejuízo causado pelas enchentes foi avaliado, no quantificável, em um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros (Diário de Pernambuco, 22 de julho de 1975).

Até terça-feira, dia 4 de agosto, 44 abrigos ainda estavam abertos, mas a orientação oficial tinha o sentido de remeter os flagelados para o seu local de moradia original. As medidas oficiais são de pouco alcance, no que diz respeito à assistência aos flagelados, e o *Jornal da Cidade* (10 a 16 de agosto de 1975) resume-as da seguinte forma:"

As medidas - Além da liberação do FGTS e da abertura de linha de crédito (150 milhões de cruzeiros) para empréstimos especiais, através da Caixa Econômica Federal, às pessoas físicas diretamente atingidas pela enchente, nenhuma outra medida foi concretizada, até agora, pelo governo, no sentido de ajudar a reconstruir. O que existe - segundo a assessoria de imprensa do Palácio dos Despachos - é "a elaboração de um levantamento dos prejuízos causados nas instituições oficiais (Secretarias, órgãos oficiais etc), para posterior apresentação ao governo federal e solicitação de crédito especial, a fim de iniciarmos a reconstrução".

O empréstimo da Caixa Econômica (de até 20 mil cruzeiros e com juros a partir de seis por cento ao ano, num prazo de 24 meses) só pode ser feito por pessoas que tenham renda familiar e equivalente a 30% do valor solicitado. Portanto, não irá beneficiar, por exemplo, a ex-manicure Maria da Conceição que, depois das enchentes, não tem renda familiar nenhuma. E nessa mesma situação, aproximadamente 20 mil flagelados ainda não sabem como sobreviver. Com madeira, tijolos e uma feira de legumes eles estão sendo enviados para o mesmo local onde, antes da cheia, tinham um barraco pra morar.

### 3. A constituição do Conselho de Agências Voluntárias do Recife

Foi dentro desse quadro geral que se verificou a constituição do Conselho das Agências Voluntárias do Recife. O resumo do relatório da primeira reunião, elaborado no dia 25 de julho, esclarece:

As Agências Voluntárias e Privadas, com Escritórios no Recife, sentiram-se no dever de se articular entre si e com órgãos oficiais, para colaborarem no atendimento da população assolada pela catástrofe. Para tanto foi constituído, mesmo sem formalidades, devido à permanência do tempo, um Conselho de Agências Voluntárias do Recife, com o objetivo imediato de atender às necessidades prioritárias da população em situação de emergência, prevendo a médio e longo prazo, conforme os acontecimentos e as necessidades que possam surgir, a assistência e acompanhamento dessas populações no esforço de reconstruírem suas vidas, e se prevenirem, na medida do possível, contra semelhantes catástrofes. O Conselho definiu para si, imediatamente, dois tipos de atividade:

1. atendimento de emergência;
2. reconstrução de casas.

Na primeira reunião distribuíram-se tarefas nos dois níveis, tendo-se atribuído importância de destaque à busca de recursos. O total destes recursos, que chegaram ao Conselho através de doações de várias origens, totalizaram, para o primeiro nível (emergência) Cr\$ 590.597,33, enquanto o total de recursos para o "Projeto Reconstrução" chegou a Cr\$ 2.889.190,01. De maneira geral pode-se afirmar que estes recursos representaram a base material sobre a qual repousava o "Projeto".

### 4. A estrutura montada

O Conselho de Agências Voluntárias do Recife não chegou a constituir uma estrutura pesada, de tipo burocrático. Por várias razões, a estrutura produzida representou bem mais uma divisão de tarefas do que uma divisão de cargos ou papéis. Com o encerramento rápido da fase de emergência, o trabalho de reconstrução representou, sempre, o eixo das atividades, e a estrutura informal que foi criada buscou atender às necessidades impostas pelos objetivos propostos.

a busca do caráter educativo

Esses objetivos, por outro lado, não estavam claramente definidos, se bem que havia um

certo consenso não explicitado, no sentido de que a reconstrução deveria ter um conteúdo educativo. Isso está claramente formulado no documento que a Coordenação de Pastoral da Arquidiocese de Olinda e Recife elaborou com o título de "Princípios que devem fundamentar nossa ação como Igreja diante das enchentes, de julho de 1975". Nesse documento se lê que "defenderemos a todo custo as aspirações mais profundas do povo (...) Queremos colocar-nos ao lado dos fracos (...) Queremos ser educadores e colocar nossos quadros a serviços dessa educação".

As tarefas principais, no que diz respeito à reconstrução, eram, basicamente, as seguintes:

1. Conseguir recursos;
2. Transformar recursos financeiros em material de construção e trabalho;
3. Orientar os trabalhos de reconstrução.

Essas três atividades principais representam as linhas mestras da estrutura montada. Por um lado, os responsáveis pela gestão dos recursos e por outro, os técnicos que executavam, junto à população, o trabalho de reconstrução. Entre ambos, os encarregados de compra de material para a reconstrução de casas. Estrutura simples, mas que terá reflexos sobre o andamento dos trabalhos, conforme se verá adiante.

As instâncias que o Conselho definiu podem ser descritas como:

1. Coordenação,
2. Secretaria,
3. Um Corpo de técnicos.

A Coordenação era formada por três representantes de entidades participantes do "Conselho", indicados pelo conjunto, e que tinham função executiva. Foram indicados os representantes de OXFAM, CRS e FASE, e que permaneceram nessas funções até a conclusão dos trabalhos.

distribuição  
da tarefa

As funções da Coordenação não eram rigidamente definidas, consistindo, porém, na gestão e busca de recursos, no controle dos gastos, pagamen-

to dos salários e acompanhamento dos trabalhos de reconstrução nas áreas de atuação dos técnicos. Cabia à Secretaria a formalização dessas atividades, assim como a convocação das reuniões e preparação do material necessário para que estas se realizassem. Na verdade, a Secretaria tendeu, durante todo o período, a confundir-se com a Coordenação, o que não representou um aspecto negativo, dado que conferia maior agilidade às decisões imediatas. De resto, a própria coordenação não teve um caráter rígido, visto que sequer se definiu uma sede. Além do mais, predominou o espírito de "serviço", e buscou-se, na medida do possível, viabilizar o trabalho dos técnicos que operavam junto às populações que integravam os grupos de reconstrução. A própria Secretaria passou por três locais diferentes. Instalada inicialmente no Centro D. Vital, passou a funcionar na sede do CRS para, finalmente, instalar-se no escritório da FASE, no Recife.

A responsabilidade pela Secretaria cabia a uma voluntária não ligada diretamente a nenhuma das entidades que formavam o "Conselho", sendo que se contava com um *Comprador*, responsável pela aquisição de material de construção, pessoa ligada à ASA (Ação Social Adventista). Quando os trabalhos de reconstrução colocaram alguns problemas de ordem legal (posse de terrenos, etc), o "Conselho" contratou os serviços de um assessor jurídico.

O "Conselho" considerou adequado o pagamento de ajuda de custo àqueles que se dispuseram a prestar serviços ao "Projeto", se bem que o caráter voluntário dos trabalhos não tenha sido afetado. No caso das entidades que colocaram seus técnicos a serviço do "Projeto", estes receberam ajuda de custo para fazer face a despesas de locomoção e alimentação, desde que essas despesas já não estivessem incluídas na previsão de custos da entidade à qual estavam ligados (caso da FASE). Essa alternativa face à remuneração do trabalho permitiu uma utilização mais intensa dos recursos em função dos objetivos que o "Conselho" se havia definido.

O número de técnicos atuando nas diversas áreas foi de 8, sendo 2 da FASE, um da Arquidiocese, 5 da Operação Esperança. Houve a co-

laboração de vários Voluntários Holandeses, além de voluntários locais, não vinculados a nenhuma entidade ou instituição.

##### 5. O processo de reconstrução - aspectos gerais

Os resultados quantitativos do "Projeto Reconstrução" podem ser analisados a partir de uns poucos dados. Os trabalhos estenderam-se por 21 bairros do Recife, sendo que a ASA atendeu casos individuais em mais 7 bairros. O número de casas reconstruídas foi de 2.389, estimando-se o número de pessoas beneficiadas em cerca de 15.000. Disso resulta, considerando-se o total de recursos alocados para o "Projeto", o custo de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) por pessoa beneficiada.

Os trabalhos de reconstrução dividiram-se pelas seguintes áreas:

QUADRO I - ÁREAS E TOTAIS DE CASAS RECONSTRUÍDAS

Á r e a	Total de casas reconstruídas
Coelhos	145
Campo do Vila	107
Coque	118
Remédios	169
Mangueira	70
Estância	60
Torre	150
Madalena	18
Peixinhos	270
Arruda	113
Cajueiro	20
Campo Grande	90
Iputinga	465
Várzea	162
Cordeiro	142
Macaxeira	52
Mangabeira	24
Tamarineira	30

Fonte: Relatórios dos técnicos responsáveis pelas áreas.

A orientação geral para os trabalhos de reconstrução baseava-se na idéia de que se deveria permitir a recuperação das condições pré-existentes às enchentes. Com isso, procurava-se reconstruir a



moradia segundo as condições e material anteriores. Disso resultou uma variação grande de tipos de casa, custos, material utilizado.

Como ilustração dessa variedade, veja-se o quadro seguinte:

#### QUADRO COMPARATIVO DOS DADOS

##### Área e tipo de casa

Ago. - Set. - 1975.

Á R E A	NÚCLEOS	Nº E TIPO DE CASAS
VÁRZEA	7 Mocambos.....	37 (taipa c/radiê)
	6 de março.....	38 (taipa c/radiê)
	R. Riachão.....	13 (mixta)
	Brasilit.....	74 (madeira)
IPUTINGA	11 de agosto.....	33 (mixta)
	R. do Canal.....	20 (madeira)
CAMPO DO VILA	Conselho de Moradores.....	107 (madeira)
COELHOS	Comissão Central..	145 (madeira)

Fonte: Relatórios dos técnicos responsáveis pelas áreas.

Essa diversidade permaneceu como constante durante todo o trabalho. É verdade que determinadas áreas apresentavam maior uniformidade no tocante ao tipo de habitação anteriormente existente, como é o caso da área do bairro do Coque, onde quase 100% das casas são de madeira, com cobertura de telha. (cf. Relatório), ou na área da Tamarineira, onde 80% das casas eram de alvenaria. Essa diversidade entre as áreas impunha formas alternativas de encaminhamento dos trabalhos, principalmente porque se lhe acrescentava uma grande diversidade de formas de ocupação e/ou posse do terreno. Na área do Maruim, por exemplo, os trabalhos foram distribuídos por três setores, sendo que os terrenos tinham condição diversa: terreno da Marinha, terreno de proprietário des-

conhecido, não havendo casos de legalização da posse. Em outras áreas, como em Iputinga, na rua do Canal, 11% das casas reconstruídas situavam-se em terrenos próprios, 89% em terrenos da Prefeitura, repetindo-se essa relação na rua 11 de Agosto, com 10% das casas em terreno próprio e 90% em terrenos da Prefeitura. No núcleo da rua Conduru, no bairro da Macaxeira, a predominância ainda é de terrenos da Prefeitura, fenômeno que se repete, com variações, por praticamente todas as áreas do Grande Recife: as populações pobres não são proprietárias dos terrenos sobre as quais edificam suas casas.

De resto, aliada à condição do terreno, há diversidade em relação à posse da edificação. Assim, por exemplo no Maruim, 54% das casas são próprias, sendo que o restante dos moradores da área (ocupando 46% das edificações) paga aluguel.

As populações das áreas onde se desenvolveu o "Projeto Reconstrução" podem ser consideradas, no geral, como "populações carentes" isso é, populações de baixa renda. O relatório do trabalho desenvolvido no bairro do Coque oferece o seguinte quadro geral da população:

Caracterizável entre a população "marginalizada" do Recife, os moradores do COQUE têm uma situação indicada nos seguintes dados:

- aproximadamente 60% da população tem menos de 20 anos, sendo que 35% tem menos de 10 anos;
- 78% das famílias tem renda mensal inferior a 2 salários mínimos; 35% tem renda mensal de 1 salário mínimo para baixo (e a média é de 5 pessoas por família);
- 55% dos chefes de famílias integram o contingente urbano de mão de obra ociosa ou sub-empregada: as "profissões" mais comuns (ambulantes, biscateiros, serventes e ajudantes, pescadores de maré e atividades de comércio) perfazem 55%; 15% dos chefes de família são aposentados ou beneficiados;
- 65% das famílias reside há mais de 10 anos no Coque e quase 100% há mais de 1 ano.

Entre as "fontes de subsistência", merecem destaque: a maré (sirí, caranguejo, unha, etc.), a criação de porcos (a lavagem, que serve de alimentação, é conseguida de graça nos bairros de classe média vizinhos) e os inúmeros "biscates" de todo tipo.

Esse quadro se repete nas outras áreas: Das 19 famílias beneficiadas na Rua do Canal (bairro da Macaxeira), os adultos que formam esse grupo apresentam um perfil profissional/ocupacional extremamente pulverizado: entre 31 pessoas, constatou-se a existência de 16 profissões/ocupações, sendo que os contingentes mais numerosos são formados por *aposentados* (4 ocorrências) e *biscateiros* (5 ocorrências). Na rua Conduru, esse quadro se repete com pequenas variações: para 33 chefes de família há o registro de 15 profissões/ocupações, sendo que os mais frequentes são *aposentados* (6 ocorrências) e *doméstica* (6 ocorrências).

Os níveis salariais são baixos, refletindo o nível geral de renda das populações "marginalizadas" das grandes cidades brasileiras.

#### 5.1. O processo de reconstrução - etapas

Com a instalação do "Conselho de Agências Voluntárias do Recife", e superada a etapa de atendimento de emergência (distribuição de alimentos, roupas, colchões, etc), e ainda com estabilização do próprio "Conselho" (algumas entidades, como a Diaconia, retiraram seu apoio e participação), definiu-se o trabalho de reconstrução como objetivo central. Essa definição levou à divisão das áreas atingidas em *áreas de atuação*, no número de 7, sendo que cada área seria de responsabilidade de um técnico. As etapas do processo de reconstrução devem ser consideradas, pois, como sendo as de implantação dos trabalhos junto às populações, nas diversas áreas.

Há que se esclarecer, entretanto, que essas etapas não ocorreram, de forma paralela, nas diversas áreas. E isso porque:

- a - As condições específicas das populações variavam de área para área. Assim é que havia área, conforme já se apontou, de predominância de biscateiros, mas havia, também, áreas com predominância de operários, como no caso de 7 *Mocambos*, bairro da Várzea, onde 47% dos chefes de família eram operários, trabalhando numa mesma empresa (fábricas de Brennard).

- b - A diversidade das edificações atingidas. A reconstrução de edificações de alvenaria impunha encaminhamento diverso daquele que se impunha em situações de casas de madeira, por exemplo. Da mesma forma, a maior ou menor intensidade do problema da terra impunha medidas preliminares.
- c - A necessidade de respeitar-se o tipo de instrumento de grupalização utilizado. Assim, por exemplo, a implementação de uma máquina de fabricar tijolos exigia certas providências que no caso de distribuição de material como madeira, era diferente. Utilizavam-se 5 dessas máquinas. Trata-se de uma invenção de *Irmão Urbano*, da Congregação Redentorista do Nordeste, de Campina Grande, Paraíba. A primeira máquina começou a funcionar em 1973, sendo que, com as cheias de 1974, no Ceará, expandiu-se o seu uso. A máquina reduz consideravelmente o custo do material, e é de manejo fácil. Houve a utilização de 5 desses equipamentos nas áreas de Mangabeira, Macaxeira, Vila Esperança, Maruim e Mangueira, sendo que no Coque utilizou-se outra de fabricar telhas.
- d - O grau de grupalização anterior, no interior das diversas populações, definia condições de maior ou menor rapidez na implantação dos trabalhos. Assim, verificou-se que em áreas onde essa experiência tinha raízes sólidas, as soluções práticas, com participação da população, eram mais rápidas e eficientes (casos do Maruim e dos Coelhos, por exemplo).
- e - Grau de conhecimento anterior da população junto ao qual se propunha encaminhar o processo de reconstrução. Assim, por exemplo, houve casos de avaliação incorreta de certos tipos de liderança que resultaram em prejuízo para os trabalhos (caso típico da Tamarineira).

De qualquer forma, pode-se afirmar que algumas etapas definiram o trabalho nas diversas áreas. Mesmo com o risco de generalização, pode-se afirmar que essas etapas foram as seguintes:

1. Levantamento geral da situação da área e busca do estabelecimento de um cadastro;
2. Levantamento dos processos de grupalização anteriormente existentes na área e contato com os responsáveis;
3. Constituição de núcleos formados por moradores da área, definição das formas de encaminhamento dos trabalhos;
4. Início dos trabalhos de reconstrução e fortalecimento dos processos de grupalização (introdução do componente educativo);
5. Encaminhamento dos trabalhos de reconstrução e transferência progressiva das responsabilidades de gestão aos moradores (os grupos constituídos);
6. Conclusão dos trabalhos de reconstrução e avaliação dos problemas de continuidade.

Ressalvando, sempre, que essas seis etapas não se produziram da mesma forma nas diversas áreas, pode-se tomar, como exemplo, os relatórios que mostram o desenvolvimento dos trabalhos em 3 (três) bairros: Coque, Várzea e Coelhos.

#### Coque

##### - Encaminhamento do projeto

É importante salientar aqui a existência e atuação do "Grupão" - um órgão local que congrega representantes dos diversos "clubes", associações e instituições locais, bem como representantes das instituições que atuam no COQUE (como é o caso da "Organização Irmãos dos Homens" e dos Irmãos Maristas). O Grupão existe já há uns 4 anos, empreendendo, coordenando e acompanhando diversos tipos de "atividades comunitárias" (a maioria no campo da Educação).

Logo após a cheia de julho/75, durante mesmo o atendimento de emergência às vítimas (o bairro todo foi inundado), o pessoal do Grupão realizou o levantamento da situação das casas e optou pelo atendimento prioritário das famílias em mais extrema necessidade (totalmente desabrigadas); houve escolha prévia também do "tipo de construção" - reconstruir as casas em MADEIRA, como eram antes da cheia. A parte mais atingida do bairro foi dividida em 4 grandes "setores": Pitangueira, Sítio/Bueiro, Nova Aurora e Av. Central - e o pessoal do Grupão começou a reunir sistematicamente os grupos locais para:

- apresentação e discussão do Projeto;
- escolha das famílias a serem atendidas;
- escalonamento por ordem de necessidade;
- cadastramento das famílias e levantamento do material necessário;
- escolha de representantes e responsáveis de setor;
- determinação do "modo" de reconstrução.

Houve a decisão - por parte do pessoal do Grupão - de centralizar o recebimento e distribuição do material: os Irs. Maristas cederam um galpão e 2 pessoas do bairro foram indicadas para assumir essa parte do trabalho.

Várzea:

#### DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO:

Várzea é uma área que nunca teve um trabalho em grupo antes da cheia, embora existam alguns núcleos embriônicos de Encontro de Irmãos. Através de um grupo intermediário de moças, ligado à paróquia, fez-se contato com os quatro setores do bairro mais atingido pela enchente.

As reuniões começaram na medida que os primeiros contatos foram repetidos. O grupo intermediário havia feito um levantamento "relâmpago" de umas 188 famílias que serviu como referência para novas sindicâncias e reformulação do cadastramento.

As abordagens iniciais incluíram análises de procedimentos utilizados em enchentes passadas, bem como da própria atuação da CODECIPE, a fim dos grupos se prepararem para assumir a execução local do Projeto. As tarefas assumidas por todos os grupos tiveram como objetivo a ampliação das modalidades de uma participação real das famílias beneficiadas, e com a interação grupal, o fortalecimento de laços de união, solidariedade frente à calamidade:

- seleção e cadastramento das famílias, por ordem de necessidade
- levantamento qualificado das casas danificadas e do material necessário à reconstrução
- funcionamento de um depósito local e distribuição do material
- reconstrução com mão de obra local
- reuniões, assembléia, etc. para planejamento e avaliação permanente das atividades.

Coelhos

#### DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO:

Vale salientar que há 11 anos funciona a Comissão Central do Bairro dos Coelhos, empenhada em trabalhos comunitários jun-

to à população. Dividida em departamentos (Educação, Recreação e Saúde) ela exerce certa influência devido à sua penetração dentro da população e à sua longevidade. Sua atuação no CAMPO DE SAÚDE é das mais destacadas, com o funcionamento de um ambulatório médico/dentário e laboratório de análise, cuja equipe de assistentes é composta totalmente por elementos do bairro. É também um posto permanente de vacinação.

A evolução do trabalho no Projeto Reconstrução se deu nas seguintes linhas:

- Formação de 8 equipes (de 2-3 pessoas) para o levantamento total do bairro.
- Formação de uma "comissão de justiça" (5 elementos) para coordenação e trato de "fofocas" e reclamações.
- Realização de reuniões, em cada rua, de 20 em 20 famílias para a escolha pelos próprios moradores, dos mais necessitados (1º lugar 2º, 3º, etc.)
- Agrupamento de todas as famílias em 1º lugar (etc.) para, de 10 em 10 famílias, selecionar responsáveis para a distribuição dos materiais.
- Local de distribuição combinada entre o entregador e a com. da justiça. Reuniões diariamente com as famílias convocadas para informes quanto ao andamento da campanha.

### 5.3. O processo de reconstrução - a participação da população

A participação da população no processo de reconstrução era ênfase permanente dos participantes do "Projeto". Essa questão representava o núcleo da preocupação de tipo *educativo*, e assim se manteve durante todo o curso das atividades.

dificuldades e  
ambiguidades

A questão, em si mesma, era difícil e ambígua. Difícil, na medida em que se pensava superar o caráter assistencialista do "Projeto" através de "processos educativos" quando seu caráter assistencialista situava-se no plano mesmo dos objetivos; objetivos de tipo material. Ambígua, na medida em que o caráter do "Projeto" e as exigências que colocaria para os que se integraram (em nível de beneficiários), seja no plano das responsabilidades, seja no plano da participação efetiva, poderiam chocar-se com os pressupostos de tipo teórico ou metodológico que referiam a concepção que os técnicos (e mesmo responsáveis pelas agências que participavam do "Conselho") tinham de "processo educativo".

Algumas questões, entretanto, ficaram razoavelmente patententes:

- a - A maior ou menor capacidade de participação das populações, em nível de decisão efetiva, dependeu de sua experiência anterior de grupalização.
- b - A eficácia de tipo técnico-específico (habilidade no manejo da máquina de fabricar tijolos, por exemplo) não representa, necessariamente, um requisito para uma participação qualitativamente superior. Na verdade, houve casos em que uma soma de qualificações desse tipo resultou em desdobramentos que os técnicos tiveram dificuldade em controlar, como o caso da Tamarineira, onde um grupo eficaz na produção de tijolos monopolizou as responsabilidades, criando uma série de tensões na área, que causaram prejuízos para uma possível continuidade das atividades.
- c - O tipo de proposta que os técnicos levavam para os grupos de moradores nas áreas de trabalho, se permitia a implantação de grupos e processos de grupalização, definia, ao mesmo tempo, os limites de *qualidade* desses processos de grupalização. De resto, esse aspecto estava claro para os técnicos, após as primeiras experiências, quando perceberam que o problema da construção, se bem que importante, não se situava entre os fundamentais na escala de prioridades da população.
- d - Quando existiam condições de confiança entre os grupos de moradores e os técnicos, tornou-se claro que a forma mais eficiente de maximizar o rendimento dos recursos alocados estava exatamente na transferência das responsabilidades de gestão para a população. Mas isso exigia, como primeiro passo, a superação da imagem do técnico como alguém que "veio dar". Enquanto prevalecia essa imagem, o objetivo geral era a apropriação individual e não o trabalho solidário. De resto, essa questão está intimamente ligada àquela da qualidade de grupalização anterior da população.



#### 5.4. O processo de reconstrução: a relação técnicos-população

A relação técnicos-população tem que ser compreendida em diversos níveis, mas que tem como dado comum a influência recíproca. Traçou-se de uma relação entre dois polos que interagiram, sendo que os resultados foram significativos de lado a lado.

Essa questão deve ser abordada em três níveis: o caráter da relação e seu desdobramento, a influência dos técnicos junto à população e a influência da população junto aos técnicos.

a função inicial  
dos técnicos e  
da população

De início, os técnicos se definiram uma posição que pode ser considerada pouco clara: consideravam-se como aqueles que, "de fora" levariam "coisas" à população. Essa perspectiva face ao seu papel apresenta aspectos de acerto e de erro. De acerto, porque eles, mais do que levar "coisas" (material de construção, recursos, etc), levavam propostas de prática que não tiveram origem no interior da população para a qual se dirigiam e, portanto, eram propostas que "vinham de fora". De erro, porque as propostas vinham "de fora" não porque a população não as desejasse ou não fosse capaz de produzi-las, mas porque faltava-lhe (aos grupos de moradores) a base material para formulá-las. Dessa forma, não era a proposta que veio de fora: foi a base material para efetivá-la que não existia no interior da população, resultando que não havia a possibilidade de formular a proposta (não se formulam propostas inúteis no interior das populações).

Por outro lado, a relação entre técnicos e população - da parte da população - definia-se, inicialmente, pelo mesmo modelo: os técnicos eram aqueles que traziam "coisas" (material de construção, etc).

- a - Estas posições se modificaram: somente quando a proposta de reconstrução, com base nos grupos locais, passou a ser assumida, é que essa relação mudou, e mesmo assim de maneira diversa de área para área.

- b - Somente quando os grupos locais perceberam que a proposta não se situava nos padrões tradicionais (apropriação individual de bens), mas que implicava, *além desse aspecto*, numa forma definida de viabilizar o consumo, é que a relação entre técnicos e população se estabilizou e permitiu a utilização mais justa (possível) dos recursos alocados.
- c - Somente quando ficou claro que o ponto central da proposta tinha duas dimensões (o *que* fazer e o *como* fazer) que se tornou possível deslanchar com o trabalho de reconstrução. E novamente, (nunca é demais insistir nesse ponto) essa questão resolveu-se de maneira mais eficiente quando já havia experiência anterior de grupalização no interior da população.

É curioso notar que o impacto maior do "Projeto", em termos qualitativos, deve ser procurado não junto à população mas sim junto aos técnicos. A proposta dos técnicos pouco acrescentava aos processos já existentes de grupalização, conferindo aos grupos já existentes a possibilidade de, exercitarem a sua capacidade de ação coletiva em cima de objetivos prementes, porém limitados ao consumo, sem atingir seus interesses fundamentais. Foi a compreensão desse aspecto da prática resultante do "Projeto" junto à população que definiu rumos para a busca de alternativas para os técnicos. O documento do Encontro de Avaliação do Conselho de Agências Voluntárias do Recife, realizado em março de 1976 é explícito nesse aspecto:

A penetração nas áreas atendidas pelo projeto possibilitou conhecer melhor a realidade da população marginalizada do Grande Recife, dando oportunidade de 'descobertas' que questionaram trabalhos anteriormente realizados pelas entidades, como também suscitou novas pistas para a atuação futura.

## 6. Problemas decorrentes do processo instaurado

O processo instaurado com o "Projeto Reconstrução" apresenta-se cheio de ensinamentos, tanto pelos acertos e resultados, quanto pela natureza das tensões, uma vez que estas se fizeram presentes durante todo o trabalho.

- a - Em relação aos acertos, dois aspectos merecem maior destaque:
  - 1. Definição acertada dos objetivos;
  - 2. Adequação entre objetivos e instrumentos.
- b - Em relação aos resultados, é preciso destacar a comprovação da possibilidade de obtenção de êxito através do recurso à ação da população.
- c - Em relação às tensões que afloraram, é preciso considerar aquelas que se desencadearam entre:
  - 1. técnicos e administração
  - 2. entre os técnicos
  - 3. técnicos e população
  - 4. no interior da população
  - 5. representantes das agências e as Agências

No que diz respeito ao primeiro ponto (definição acertada dos objetivos e adequação entre objetivos e instrumentos) pouco há a acrescentar ao que já foi dito anteriormente. Sintetizando, cabe lembrar que evitou-se criar uma estrutura permanente em cima de uma situação que não é permanente (a enchente). De qualquer forma, cabe indagar quais as formas de sistematização da experiência acumulada e qual o instrumental de continuidade, já que, por um lado, as enchentes são periódicas e, por outro, conforme consta de praticamente todos os relatórios, a situação das populações carentes das grandes cidades do Nordeste brasileiro é de "calamidade permanente". A essa questão se voltará posteriormente.

os resultados  
positivos

Em relação aos resultados, dois aspectos principais merecem destaque. O primeiro é aquele que diz respeito à reconstrução de casas. Independentemente de se tratar de um projeto marcadamente assistencialista, na sua forma e objetivos, os resultados são muito positivos. Há que considerá-los tanto na sua dimensão material quanto na sua dimensão ética e moral sob o aspecto material. Contribuiu-se para minorar o sofrimento de 15.000 pessoas, permitindo-lhes buscar a resolução de outros problemas fundamentais como a-

limentação, emprego, etc.

Tratou-se de uma demonstração de solidariedade que se traduziu num esforço continuado, perseverante. Estabeleceram-se relações que são a base mesma de qualquer possibilidade de ação conjunta. Essa confiança estabeleceu-se em diversos níveis. Entidades e Agências que não se conheciam (com base em trabalho conjunto) tiveram condições objetivas de juntar esforços e de manter o nível de coesão necessário para o andamento dos trabalhos. Técnicos de várias entidades entraram em contato direto com Agências e entidades que lhes eram distantes, às vezes estranhas. Técnicos de Entidades diferentes confrontaram não somente idéias mas trabalhos e, com base nisso, sua experiência, alternativas métodos. Grupos no interior da população entraram em contato com outros em áreas que não eram as suas. Tudo isso representa resultados importantes de oito meses de trabalho conjunto e um volume de experiências que pode tornar-se base para a definição de alternativas de trabalho mais sólido e mais sistemático.

Evidentemente tudo isso processou-se de forma criativa, crítica. A preocupação com a dimensão educativa do "Projeto", que nunca chegou a ser definida com precisão permitiu, entretanto, que soluções fossem buscadas sem preconceitos. Estimulou-se a criatividade, seja no plano dos técnicos, seja no plano da população e no das relações entre os diversos segmentos que formavam o conjunto do "Projeto". Disso resultaram, obviamente, tensões que são cheias de ensinamentos. Dessas tensões, é preciso pensar mais demoradamente algumas.

dificuldades  
administrativas

Como ponto de partida, pode-se tomar as tensões subjacentes que chegaram a se manifestar, abertamente, entre técnicos e administração. Por técnicos, entenda-se aquele conjunto de pessoas que agiam junto aos grupos, nas áreas de atuação do "Projeto". Por administração, entenda-se o conjunto formado pela Coordenação, Secretaria, Representantes das Agências e Entidades junto ao

"Conselho". Essas tensões tinham duas faixas principais. Por um lado, decorrente de problemas de tipo organizativo, e que interferiam diretamente nos trabalhos das diferentes áreas. Os técnicos se queixavam, frequentemente, da falta de pontualidade na entrega de material de construção. Esses atrasos interferiam no andamento dos trabalhos e criavam uma série de problemas cuja resolução nunca podia ser adequada, face à expectativa dos grupos de área. Os relatórios são quase unânimes em indicar que o prejuízo causado pelos atrasos chegou a colocar em risco os resultados. Por outro lado, a administração tinha dificuldades, no tocante à resolução desse problema, devido a dois fatores. Primeiramente, dada a extensão das enchentes, houve um aumento brutal na demanda de material de construção, redução dos estoques dos vendedores; especulação. Em seguida, não havia uma experiência anterior na compra desse material. Não se sabia onde comprar, como controlar prazos de entrega, melhores preços e condições de crédito. Com isso, a administração viu-se despreparada para fazer face, nos níveis de eficácia exigidos pelos técnicos e pela população, às tarefas que se lhe apresentavam. Somente com a experiência resultante de erros e acertos, como também com a normalização das condições do mercado, é que o fornecimento de material pode fluir com maior regularidade.

falta de entrosamento formal

A seguir, há que considerar que as exigências concretas dos trabalhos nas áreas eram razoavelmente distantes para a administração, e certas medidas e recursos de que os técnicos tinham que lançar mão pareciam estranhas. De resto, parece claro que a compreensão que tinham, por um lado técnicos e, por outro, os que formavam a administração, tanto de *eficácia* quanto de *processo educativo* era, ao menos, desigual. Essas diferenças são inerentes a qualquer estrutura onde há divisão de funções. Ocorre que, no caso, não havia a previsão de mecanismos de avaliação permanente. Isso, que, por um lado, conferia maior flexibilidade aos trabalhos, resultou também na prevalência das relações primárias sobre relações formalizadas. Assim é que os técnicos trocavam opiniões, discutiam, confrontavam experiências e alternativas à margem da

administração, enquanto esta avaliava, de forma também assistemática, o andamento dos trabalhos na sua perspectiva (que era definida pela sua função): conseguir e manter o fluxo dos recursos. Tanto isso é verdade que, quando da avaliação de março de 1976, a preocupação dos técnicos situava-se no plano das alternativas de trabalho e sua continuidade, enquanto a preocupação dos representantes das Entidades e Agências situava-se no plano da continuidade ou não do "Conselho". Que se tratava de duas faces de uma mesma moeda, não há dúvida. Ocorre que cada parte fixou-se, consideravelmente, na *sua* parte, do que resultaram mal-entendidos. De resto, essa questão foi minorada, nas suas dimensões práticas, graças ao estabelecimento de relações de tipo primário, informais, entre alguns membros da administração e os técnicos, o que permitiu o estabelecimento de "correias de transmissão" entre uns e outros, para benefício dos trabalhos.

divergências na  
busca de alter-  
nativas

Mas não foi somente entre técnicos e administração que houve tensões. É preciso considerar que no plano dos técnicos houve, também, confrontação de posições, perspectivas e métodos. E nem poderia deixar de ser assim, na medida em que cada técnico trouxe, para o interior do "Projeto", um tipo de experiência anterior de "serviço" à população que diferia daquela dos demais. Essa questão é menos importante para a compreensão dos resultados obtidos nas diversas áreas, (já que cada área era da responsabilidade de um técnico, e nesta área prevalecia a sua forma de encaminhamento dos trabalhos) e bem mais no plano da busca de alternativas e acumulação sistemática da experiência produzida pelo "Projeto". Assim é que, por exemplo, a compreensão de *trabalho* sistemático tinha diversas interpretações, assim como havia formas diversas de valorar as formas e soluções "espontâneas" que surgissem da população.

De resto, na medida em que cada técnico permanecia vinculado à sua Entidade de origem, seguia a linha de atuação, métodos e hábitos dessa Entidade, que não eram as linhas, métodos e hábitos das outras. Essa diversidade, que teve aspectos positivos, na me-

dida em que se confrontaram posições (e houve uma influência recíproca e troca de experiência) não encontrou os mecanismos adequados para a consolidação de alternativas de tipo operacional. Na verdade, prevaleceu o ativismo sobre a reflexão; imposição, de certa forma, dos objetivos e base material do "Projeto". A relação entre técnicos e população, nas diversas áreas, e de forma variável, também ensejou tensões. E isso se deveu a vários motivos, dentre os quais convém destacar alguns.

a falta de continuidade e suas consequências

Existe uma desconfiança que é permanente, no interior das populações pobres das grandes cidades, face aos que, estranhos ao lugar, chegam com propostas. A causa mais frequente dessa desconfiança é a repetição permanente de propostas que são feitas à população, e que, na maior parte das vezes, não têm continuidade. Em algumas áreas foi observado a técnicos que "vocês se parecem com umas moças que andaram por aqui, há algum tempo", e que se soube, posteriormente, terem sido, num dos casos, membros de um grupo de educação popular e que, após alguns meses de trabalho, se retiraram da área sem a menor explicação aos que haviam aceito participar das atividades propostas e, no outro caso, de Assistentes Sociais de um organismo da Prefeitura Municipal do Recife e que, após promessas, também não deram sequência às suas atividades.

O caráter de emergência do "Projeto" dificultou a realização de um trabalho preliminar de contatos que permitisse aos técnicos um conhecimento mais adequado dos processos de grupalização locais, resultando que, em alguns casos, as responsabilidades de gestão foram transferidas para grupos, na área, que não tinham representatividade efetiva. Essa situação, que poderia ser facilmente localizada com mais tempo, criou problemas futuros. Entretanto, nas áreas em que havia grupos com capacidade operativa, e contatos anteriores, o processo não resultou em tensão, a não ser aquelas decorrentes de atraso de material ou de recursos, que, de resto, no plano das áreas, resultou, em alguns casos, no fortalecimento da confiança recíproca entre técnico e população.

E é preciso não esquecer que o "técnico", num primeiro momento, aparecia como o que "veio dar" material. Com isso, pessoas e grupos, no interior da população, buscavam acercar-se desse técnico, pensando, com isso, criar melhores condições de acesso ao material, que seria do técnico. Quando da transferência da gestão e responsabilidades para grupos indicados pela população das áreas, de certa forma esse processo se repetiu, na relação entre os responsáveis e o conjunto da população. A bem dizer, ainda sob esse aspecto, a intensidade maior ou menor dos problemas dependeu do grau e da qualidade dos processos anteriores de grupalização (e sua instrumentalização) no interior da população. Tensões, é preciso que se diga, ocorreram, também, no interior dos grupos formados no interior da população. Na avaliação de março, uma das questões que foram postas para os participantes, teve o seguinte enunciado:

O fato de algumas pessoas receberem material de construção e outras não, não criou problemas entre a população?

Resposta:

Dada a impossibilidade de se preparar o povo para a doação do material, dada a emergência, e mesmo a inexistência de diálogo entre eles, houve dificuldades neste sentido e muitas vezes os que não receberam material, se sentiram injustiçados. Desde o início tentou-se fazê-los decidir quem teria prioridade no atendimento.

Com o passar do tempo e com a convivência criando maior diálogo, percebeu-se um progresso na capacidade das pessoas de selecionarem com mais justiça os mais necessitados dentre eles e mais carentes de imediato atendimento.

a experiência da  
população com re-  
lação à prática  
comunitária

Essas tensões podem ser consideradas decorrências do caráter da proposta de trabalho que foi levado à população, nas condições objetivas desta população, tanto no plano de

sua situação face o acesso de bens quanto no plano da sua compreensão de processos de acesso aos bens. Que não se pense que a compreensão que as populações das diversas áreas podem ter de prática comunitária é falha. A questão reside, principalmente, na sua experiência social que é, fundamentalmente, a experiência do dominado. É por isso que, nos casos de áreas onde a experiência



anterior de grupalização tinha deitado raízes, a consciência de sua capacidade coletiva, no plano da ação e no plano das decisões, evitou o surgimento de problemas.

Em outras áreas, nas quais essa experiência anterior não representou base para o avanço dos trabalhos, predominaram os modelos prevalecentes (hierarquização, busca de controle e chefia, valorização da eficácia individual em detrimento da ação coletiva, etc.) no sistema abrangente. De qualquer forma, em poucas áreas e grupos as possibilidades de continuidade dos trabalhos sofreram com esse tipo de tensões. No geral, com base nos relatórios, percebe-se claramente que a continuidade existirá nas áreas onde há grupos consolidados. E nas outras, em que houve a possibilidade de estimular ou recuperar a experiência anterior de grupalização, a continuidade é possível e nesse caso é resultado do "Projeto Reconstrução".

Finalmente, os problemas decorrentes das relações dos representantes das Agências e Entidades com estas. Essa questão não está documentada, e as considerações baseiam-se em contatos de tipo informal, seja com alguns dos representantes, seja com técnicos que, de forma diferente dos que se encontravam no interior do "Conselho", também têm vínculos com Entidades e Agências.

continuidade e diversidade      O fato é que o "Conselho" não diluiu as Entidades e Agências. Pelo contrário, houve sempre a preocupação de respeitar a diversidade que, no interior desse "Conselho", somava esforços em torno de objetivos definidos. Ocorre que, se esta solução foi a mais adequada para uma situação de trabalho criado por uma emergência, trouxe, também, problemas para a eleição de alternativas de continuidade. A continuidade, com base na experiência acumulada e sistematizada, pode colocar os representantes face a alternativas de trabalho que as suas entidades (ou eles próprios, mais que suas entidades ou Agências) não consideraram a mais adequada, seja devido a opções de trabalho anteriormente definidas, seja porque sua concepção e avaliação baseia-se em critérios diversos e eventualmente confli-

tantes com aquela que é assumida pela maioria. Acresce que há considerável variação na capacidade de decisão de um para outro representante, posto que os mecanismos institucionais que regem as diversas Entidades ou Agências são diferentes nesse ponto. Essa questão teve reflexos significativos no que diz respeito à continuidade dos trabalhos, conforme se verá adiante.

## 7. A questão da continuidade

A questão da continuidade deve ser compreendida em alguns níveis. O primeiro diz respeito à população. O trabalho de reconstrução, da forma como foi encaminhada, representou a concretização de uma proposta de grupalização com objetivos limitados e definidos. Conforme se viu, esse processo teve bastante sucesso (vide os resultados), mas este sucesso está estreitamente ligado à experiência anterior dos grupos de moradores das áreas no tocante à grupalização. Ora, o primeiro elemento de avaliação da continuidade dos trabalhos reside nesse ponto: na medida em que se tratou de instrumentalizar adequadamente os grupos já existentes, a sua participação efetiva na resolução dos problemas postos pelo "Projeto" representa um fortalecimento dos processos já vigentes de grupalização. Esse já é um aspecto da questão da continuidade que permitirá, na sua simplicidade, referir os outros que se colocam.

Já se afirmou anteriormente que o impacto maior do "Projeto", resultante da relação Administração - Técnicos - População, situa-se no plano dos técnicos. Estes entraram em contato sistemático, refletido e contínuo com grupos no interior da população como portadores da *proposta possível* na situação de emergência que se colocava. Havia a consciência das limitações da proposta assim como havia a consciência de que esta, mesmo limitada, era da maior importância. Com a reflexão continuada em cima da ação continuada, tornou-se claro para os técnicos:

1. que a proposta, apesar de eficaz, era limitada;
2. que deveria haver a busca de propostas (e práticas) qualitativamente superiores, no sentido de partir de problemas considerados mais importantes: posse dos terrenos, emprego, etc.;

3. que o nível de conhecimento sistemático da realidade urbana do Recife era precária, e que era necessário aprimorá-la;
4. que era preciso encontrar novas formas de ação, que considerassem tanto os problemas fundamentais das populações "carentes" da área, como também a experiência acumulada com o desdobramento do "Projeto" (problemas de remoção, mecanismos que interferem na consolidação de grupos, etc.);
5. que era preciso considerar a experiência havida em outras regiões, para somar a experiência, tanto no conhecimento dos problemas quanto no de seu encaminhamento.

Tratou-se, pois, de um processo de revisão, de reflexão madura, e que representaria uma alternativa de continuidade, não mais através dos mecanismos adequados para situação de emergência, mas sim para fazer face ao que se designou de "calamidade permanente", característica fundamental das condições de vida das populações carentes.

Por outro lado, a questão da continuidade se coloca, também no plano estrito da experiência de reconstrução. Não há como perder-se (principalmente porque as enchentes são periódicas) o conhecimento dos mecanismos vários que possibilitam uma ação mais pronta e eficiente para fazer face à calamidade, tanto no plano da emergência quanto no plano da reconstrução. Em relação a essa questão, a continuidade do "Conselho", sob a forma que venha a assumir, é uma necessidade e uma responsabilidade. O ideal seria a articulação dos dois níveis de exigência (aquela definida pelos técnicos, e aquela que é da alçada da Administração), visto que o quadro de preocupação dos técnicos enriquece o significado do instrumental que deve ser preservado e aprimorado por aqueles. E com isso torna-se evidente que a base objetiva e subjetiva (que no caso é uma variável objetiva) da continuidade situa-se no plano mesmo da população. E neste plano, a continuidade, na forma que foi apontada, não é um problema: é uma necessidade vital. Não se trata, pois de se indagar sobre a continuidade: trata-se de se

indagar sôbre a qualidade do serviço a ser prestado à população, e a continuidade desse serviço. Esta é a responsabilidade, e estas são as alternativas que se abrem para todos que participaram do "Projeto Reconstrução".

Sérgio Goes de Paula

## 1. Saúde

O que é saúde?

Existem muitas definições possíveis para *saúde*; é uma idéia, um conceito, que muda conforme a cultura - o que um chinês acha que seja saúde é diferente do que um europeu acha - pode mudar com o tempo, dentro de uma mesma cultura - um europeu do século XX tem uma idéia de saúde diferente da de um europeu do século XVII - e, na mesma cultura e no mesmo momento, a idéia de saúde varia conforme as classes sociais, segundo a forma de participação nas atividades produtivas, e, portanto, conforme a maneira com que as pessoas se inserem na sociedade e no mundo.

É fácil perceber que a maneira como dois grupos bem distantes dentro da nossa sociedade (os trabalhadores rurais e os grandes comerciantes, por exemplo), vêem o mundo é bastante diferente entre si: não que sejam opostas, mas apresentam diferenças significativas em suas formas de pensar o mundo, de pensar a vida e a morte. Conseqüentemente, a maneira em que pensam a questão da saúde é também diferente: as doenças têm importâncias distintas para os distintos grupos: para um trabalhador rural, uma dor nos olhos pode nem sequer chegar a se constituir numa doença; em outros grupos, pode ser um motivo suficiente e sincero para a pessoa não se levantar da cama.

trabalho e  
visão de  
mundo

Dizemos que tais diferenças de visão de mundo, de *ideologia*, são uma conseqüência das diferentes maneiras em que as pessoas se inserem no processo de trabalho porque, a nosso ver, as atividades *produtivas*, as *atividades econômicas*, determinam em última

instância a maneira de pensar e a maneira de viver dos indivíduos. E em conjunto com outros fatores, determinam também a saúde e as doenças dos indivíduos: um camponês está mais sujeito a contrair esquistossomose do que um funcionário de banco, ou até mesmo do que um fazendeiro. O *trabalho* é a atividade fundamental do homem, e determina - juntamente com outros fatores, como o relacionamento com o ambiente externo e também as próprias características genéticas, biológicas e psicológicas de cada um - os níveis de saúde e os tipos de doença a que cada um está sujeito. Ou seja, em sua luta para conseguir os meios de sobrevivência, o homem se expõe a condições mais ou menos adversas, dispendendo esforços diferentes, por mais ou menos tempo. Isso, na maior parte do dia, durante a maior parte de sua existência; é claro que será um fator importante na determinação da saúde e da doença. Desta forma, até podemos dizer que existem "doenças de pobre" - verminoses, parasitoses, e "doenças de rico" - enfartes, estafa. Não que determinada pessoa, sendo rica, não possa sofrer de esquistossomose; o que queremos dizer é que enquanto grupo, enquanto conjunto de pessoas, enquanto classe social, os mais ricos tendem a não sofrer de esquistossomose, e tendem a sofrer de outras doenças, mais ligadas às suas próprias atividades cotidianas.

onde entram os  
serviços de  
saúde

Em outras palavras: a saúde das pessoas vai depender, em primeiro lugar, de como as pessoas ganham a vida: como trabalham, o que comem, quanto ganham, em que gastam seu dinheiro, onde moram. Em segundo lugar, vai depender de características biológicas: como seu corpo reage às suas condições de vida. E só em último lugar é que vai depender do tipo de serviços de saúde de que dispõem. Na verdade, a ênfase que normalmente se coloca sobre este último ponto, como fator benéfico à saúde das pessoas, desvia-nos da percepção da importância crucial dos fatores sócio-econômicos. Dificulta-nos também assumir uma posição crítica em relação aos serviços de saúde, não nos permitindo ver com clareza sua impossibilidade

de melhorar substancialmente os níveis de saúde da população, assim como os prejuízos que às vezes trazem, ao desviar a atenção dos fatores determinantes, levando a que, em termos de saúde, a reivindicação popular seja a de mais postos de saúde, e não mais alimentos, melhores salários, mais justiça social.

Não adianta querer definir saúde de forma muito estrita, porque ela é influenciada por muitos fatores, e porque tem a ver com muitas coisas. Que adianta, por exemplo, tentar separar *saúde* e *nutrição*? Quantas crianças doentes já não vimos cujo remédio era comida? Que adianta tentar separar *doença* e *pobreza*, quando sabemos que os pobres têm mais doenças e vivem menos do que os ricos?

a consciência do problema      Tendo isso em mente, como premissa, é que se pode planejar corretamente a assistência à saúde, à que, evidentemente, não se está negando a eficácia, a seu nível. E na luta por melhores níveis de saúde, temos que considerar em primeiro lugar, a importância da higiene, cuja melhora, por si só, pode ser responsável por uma substancial elevação de saúde da população, o que explica a insistência, junto a comunidades camponesas, em programas de "filtro" ou de "fossa". Mas não podemos esquecer que os programas de educação sanitária que visam modificar hábitos higiênicos, devem ser conduzidos com muito cuidado, de forma muito integrada com o restante da vida das pessoas e da comunidade. E mais: é preciso que o passo inicial da mudança se dê na consciência das pessoas - só se houver o entendimento e a concordância prévia é que pode haver alguma esperança de se mudar tais hábitos. Tal consciência é ainda mais importante quando se tem em mente que os esquemas de dominação cultural inibem a iniciativa das comunidades, e assim, um programa cujo objetivo é auxiliar a população, se não tomar estes cuidados prévios, acaba servindo como mais uma peça de um mecanismo cuja regra básica de funcionamento é impor normas e conceitos externos, desconside-

rando iniciativas autônomas.

a relação entre  
conhecimento e  
existência

Algumas vezes ouve-se falar que uma das razões para as más condições de saúde do povo brasileiro é a "ignorância": por ignorância, as pessoas não comem bem, não têm hábitos higiênicos, não se cuidam. Um pouco de reflexão logo nos mostra que não é uma questão de "saber mais" ou "saber menos": como já dissemos anteriormente, devemos considerar que existem "saberes" diferentes: um camponês entende o mundo de maneira diferente do que uma pessoa que vive e trabalhe na cidade - e de maneira perfeitamente adequada à sua vida. Em segundo lugar, - e é aqui que se coloca a razão principal - o saber das pessoas está condicionado pelas condições em que vivem e trabalham. Que adianta explicar para o camponês que a água de um riacho é contaminada, se todo dia ele é obrigado a entrar no riacho, no caminho para a roça? Que adianta dizer: "Se você tomar banho todos os dias dificilmente terá qualquer doença de pele", se a única fonte d'água de que ele dispõe está a muitos quilômetros de distância e toda a água é trazida em potes?

Ora, se a saúde - as doenças - decorrem de causas tão variadas e amplas, os serviços de saúde que estamos acostumados a conhecer estão errados, ao tratarem as doenças de maneira tão estrita - como se fossem apenas uma questão biológica. E muitos outros erros vamos descobrir, sempre que adotamos essa visão ampla de saúde.

Muito esforço se perde, e muitos erros se cometem quando se tenta *curar* uma doença, ou seja, agir sobre os *efeitos*, e esse doente continua exposto às *causas* da doença: sejam elas a desnutrição, a verminose, a esquistossomose, ou outra qualquer. Que adianta matar o parasita que está no organismo da pessoa, se ela no mesmo dia vai beber água contaminada, vai entrar de pés descalços num lago onde existem caramujos?



## 2. Serviço de Saúde

Todo grupamento social tem formas próprias de tratar a saúde de seus membros, tem pessoas encarregadas de cuidar das doenças de cada um. Numa sociedade primitiva, por exemplo, sempre aparece a figura do *feiticeiro*; nas comunidades camponesas é frequente aparecer o *benzedor*, ou outra figura semelhante. Algumas vezes, surgem "especializações" maiores: até os dias de hoje, existem em muitos lugares a figura da "parteira", da "curiosa", que têm a função específica de auxiliar os nascimentos. Não é nossa intenção elaborar muito esta questão; só queremos chamar a atenção para o fato de que o serviço médico moderno é apenas uma entre muitas formas de cuidar da saúde, decorrente de formas anteriores, com as quais apresenta uma relação histórica, e que, no presente momento, convive com (e domina) outras formas de tratamento, peculiares a determinadas camadas da população. Existem, entretanto, profundas diferenças entre a medicina ocidental, "científica", e as outras formas de tratamento de que falamos. Para melhor entendê-las, vamos tentar uma rápida análise de suas características principais, sem, no entanto, pretendermos fazer sua história.

progresso e  
contradições

A característica mais marcante desta medicina é o exame e a sistematização do conhecimento sobre o corpo humano, suas funções, disfunções e reações a agentes externos e internos. Para tal, ela aplica métodos que pretende científicos, e que foram criados ao longo de toda a história do conhecimento da civilização ocidental. Sem dúvida alguma, estão presentes muitos êxitos na história dessa medicina; os antibióticos, as vacinas e os anestésicos são exemplos importantes. Mas não devemos esquecer que a marcha do progresso traz em seu bojo uma série de contradições, que não podem ser vistas de maneira isolada, e que refletem o jogo de interesses por trás dessa busca de conhecimento.

Um exemplo disso é o fato de que ao limitar seu estudo ao âmbito do corpo humano, a medicina deixa de lado, na maior parte de suas disciplinas, os fatores sociais e econômicos determinantes de grande parte das doenças. É por analisar os efeitos, e não as causas, que certos médicos chegam a receitar vitaminas a quem é desnutrido, e que só vai se "curar" disso quando ganhar o suficiente para comprar comida para si e para sua família. Ao ter esta visão, a medicina oficial, deixa de dar conta de inúmeras questões, e é ineficiente no tratamento de diversas doenças.

a determinação  
das prioridades

Outro problema sério diz respeito não só à medicina, mas também a quase todas as ciências desenvolvidas nos dias de hoje, refletindo uma divisão do mundo entre países ricos e países pobres, países dominadores e países dominados, países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. É nos países ricos e desenvolvidos onde se produz tanto a maior parte das mercadorias, como também a maior parte do conhecimento científico moderno. Mesmo o que não é produzido nestes países o é segundo normas ditadas por eles, segundo modelos que acabam por beneficiá-los. Desta forma, o conhecimento da medicina oficial está voltado muito mais para resolver os problemas de saúde dos países ricos do que os dos países pobres: tanto é assim, que ao lado de uma grande sofisticação e especialização da medicina em áreas como doenças cardíovasculares, transplantes de órgãos, etc., permanecem sem solução problemas seculares, como esquistossomose, doença de Chagas, etc., que, por não se constituírem problemas graves nos países ricos, não recebem a devida atenção dos pesquisadores e cientistas. Mesmo que a solução definitiva para estas doenças seja a eliminação da pobreza, é inegável que a medicina poderia ter um importante papel paliativo.

Na verdade, esta prioridade dada pelo conhecimento médico a determinados tipos de doenças reflete também o caráter de classe de que a medicina oficial se reveste, onde por um la-

do, as doenças que mais afetam os ricos são as privilegiadas em termos de conhecimento e de atenção, e por outro, o tratamento às camadas mais pobres da população vem sempre revestido de um aspecto de imposição e dominação.

medicina Mas os problemas da medicina oficial não param  
e lucro aí. Na verdade, talvez o mais grave de todos os problemas esteja na forma em que o conhecimento médico é transformado em assistência: dado seu caráter de classe, sua função de dominação sobre a qual já falamos - e dado o fato de que tal assistência é criada para as condições dos países ricos, com uso abundante de equipamentos e pessoal especializado, ocorre uma grande ineficiência e desperdício de recursos quando se examina a assistência às populações pobres. E tal problema é extremamente difícil de se resolver: a assistência médica, em quase todos os países, se transformou numa atividade econômica de peso, que movimenta milhões de cruzeiros sob a forma de salários, equipamentos, remédios, etc. Com isso, sob a capa humanitária da luta contra a doença e o sofrimento, encontram-se poderosos interesses econômicos para os quais o importante é o faturamento e o lucro. E tais agentes, laboratórios farmacêuticos, empresas produtoras de equipamentos, etc. - têm força suficiente para influir em diversos campos da medicina - desde o currículo das escolas médicas até a estrutura de assistência de um posto médico.

O resultado é que a assistência médica nos países subdesenvolvidos apresenta características inadequadas e até mesmo prejudiciais - ao insistir numa terapêutica cara, baseada em remédios caros que os doentes muitas vezes não podem comprar. E, se bem que as pessoas que trabalham nos serviços médicos são agentes desta estrutura perniciosa de dominação e desperdício de dinheiro, isso não está claro para a maior parte: agem baseadas no conhecimento adquirido nas escolas, e nas instituições e sem perceber (ou se importar) como con-

tribuem para a manutenção da dominação econômica, social e cultural etendem a se achar tão superiores, em termos de conhecimento sobre saúde e doença, que nem sequer se dão ao trabalho de se justificar: desta forma, tanto a estrutura do próprio serviço de saúde, como os diagnósticos e os tratamentos, são impostos de fora, chegando-se ao ponto de nem sequer se dizer ao doente qual é sua doença, quais as causas, por que vai se seguir um determinado tratamento.

relação médico e comunidade Da mesma maneira que ocorre uma separação entre *médico* e *paciente*, existe também uma separação entre *serviço de saúde* e *comunidade*: o médico muitas vezes nem sequer mora na comunidade, não pertence à mesma classe social, pouco tem a ver com as pessoas que trata. E é sempre como se os especialistas em saúde fossem donos de uma verdade única, que todos tivessem que aceitar e se adaptar.

Outra das conseqüências dessa atitude de defesa do conhecimento, é a super-valorização do médico, que se reserva as principais funções do atendimento à saúde, em quase todos os casos, levando a que ele passe quase 20 anos estudando medicina para acabar, muitas vezes, realizando tarefas repetitivas, simples, ao alcance de qualquer um com um grau de treinamento muito menor. E como o número de médicos é limitado, e o número de doentes praticamente não o é, (no estágio atual da sociedade), acontece que os serviços médicos são muito escassos e deficientes, principalmente por falta de pessoal, quando se poderia ter um número bem maior de serviços médicos simplificados mas capazes de desempenhar a maior parte das funções mais rotineiras e mais frequentes do serviço de saúde tradicional.

Mas o problema mais grave, talvez, deste tipo de tratamento médico, é que por não ver a saúde e a doença de forma *integrada* com os demais níveis de relação social, também não se integra, ele próprio, com o grupamento a que se dirige.

Ora, se tudo isto é verdade, então é o caso de se perguntar: as comunidades estão erradas, quando reivindicam e desejam um serviço de saúde? E estes, tem algum papel a desempenhar junto às comunidades, principalmente as mais pobres, exatamente onde os problemas de saúde são maiores? Como deve ser o serviço de saúde adequado?

a busca de rumos      Se o que dissemos acima está correto, então os "serviços de saúde", podem ser até prejudiciais, não cabendo, portanto, lutar apenas pela instalação de um posto de saúde. Quando se deseja melhorar os níveis de saúde de uma comunidade, deve-se, em primeiro lugar, lutar pela melhoria dos padrões de nutrição - e aqui, embora enfrentando dificuldades estruturais, as técnicas agrícolas podem ser importantes. Em segundo lugar, deve-se fazer um esforço para melhorar os padrões de higiene da comunidade - levando-se em conta que medidas isoladas são praticamente inúteis, e principalmente, que as mudanças de hábitos só se dão se houver uma prévia transformação nas consciências.

Finalmente, deve-se sim buscar assistência médica, deve-se buscar o auxílio da medicina oficial. Mas o serviço médico só será benéfico quando não for imposto de fora, e quando ao invés de se constituir num elemento de dominação, ele for um elemento para que a comunidade tome consciência de si, e de sua capacidade de se ajudar. Isto acontece quando a assistência à saúde é não apenas um serviço médico, e sim um conjunto de atividades integradas na comunidade, em que todos participem e contribuam para a melhoria de suas próprias condições.



Ida Jancsó

porque este artigo

A experiência no terreno da avaliação, resultante do trabalho da equipe da FASE em Vitória, coloca uma série de questões significativas para a discussão do problema da avaliação como momento da prática no interior de programas de intervenção social de conteúdo educativo.

O interesse maior da experiência resulta do fato de que, desde a sua implantação, o programa de Vitória definia a utilização da avaliação como instrumento de trabalho. Colocado nesse grau de generalidade, a questão não apresenta nenhuma novidade. O interesse reside no fato de que a avaliação foi proposta como dimensão da programação, assim como se compreendia a programação como dimensão da atitude avaliadora, se bem que uma ou outra se tornassem centrais quando se tratava de situações concretas. Resultava da compreensão dessa variação o encaminhamento prático da idéia de que toda programação é sempre avaliadora, assim como toda avaliação visa (implícita ou explicitamente) uma programação de atividades práticas.

Nessa medida os objetivos gerais frente à programação e à avaliação situam-se nos mesmos termos. Sumariamente pode-se defini-los como: compreensão, sistematização e articulação das diversas variáveis que formam o universo atingido pelo programa, no sentido da melhor utilização dos recursos disponíveis para a obtenção dos resultados desejados.

Assim, na perspectiva da *programação-avaliação* que se adotou, a definição de critérios teóricos de determinação de

população e área não era suficiente para a escolha dos instrumentos que deveriam permitir a passagem para a prática, isto é, traduzir os objetivos do programa em prática localizada no tempo e no espaço, junto a uma parcela determinada da população que se buscava atingir, numa área dada. Nesse sentido, buscou-se compreender uma série de outros dados, enquanto partes de um conjunto articulado: as diversas propostas existentes na área, as tendências que elas representavam; os mecanismos e elementos específicos que, articulados com aqueles elementos mais gerais, formam a consciência de tal ou qual grupo da população. *A compreensão dessas variáveis só seria possível a partir de um contato direto dos agentes com a população e a área.* Em outras palavras, reconhecia-se, de início, que a instrumentalização imediata da avaliação e da programação não poderia ser dada *a priori*: a instrumentalização (técnicas, prioridades imediatas, detalhamento de critérios, etc) teria que ser definida em função da prática da equipe, tendo como referência permanente o conjunto de objetivos gerais do programa.

os mecanismos de implantação do trabalho:

Essas colocações gerais, que refletiam o grau de compreensão do problema da avaliação traduziram-se, com seus erros e acertos, em práticas. Um dos pressupostos básicos da passagem à prática era o seguinte: qualquer idéia e objetivo, numa situação em que se busca a plena utilização dos recursos disponíveis, exige um trabalho sistemático, cuidadosamente planejado. No caso do programa em questão, houve, ainda, a preocupação de, ao mesmo tempo em que se formulavam os objetivos com clareza e precisão, conferir-se suficiente flexibilidade ao detalhamento, para que, sem perda do rigor no plano dos procedimentos, *estes não fossem limitados por modelos de tipo instrumental.* E isso porque o detalhamento de tipo instrumental (inclusive na sua dimensão técnica) deveria resultar das exigências da prática, não mais de tipo *avaliação* ou *programação*, mas prática educativa junto à po-



pulação para a qual e em função da qual se implantou o programa.

#### a implantação do programa: descrição

A implantação do atual programa de Vitória nasceu de uma preocupação no interior da FASE em dinamizar o trabalho que vinha sendo desenvolvido na área, e que revelava problemas de eficácia.

Pensou-se em "... testar a viabilidade de desencadear-se um programa educativo a partir de uma pesquisa que tivesse efetivamente um caráter instrumental, isto é, que representasse um instrumento de trabalho mais eficiente do que costumam ser as chamadas *pesquisas de conhecimento de área* ..." (1). Nessa perspectiva, a pesquisa deveria cobrir dois objetivos fundamentais a partir da análise da Micro-Região de Vitória:

- a - estabelecer um quadro de alternativas instrumentais para o trabalho da FASE na área;
- b - levar a cabo, durante o período de duração da pesquisa, um treinamento eficiente dos técnicos que seriam os responsáveis pela implantação do programa (2).

Outra questão relevante é que o próprio conhecimento da área partia de uma intenção de trabalho mais ou menos definida, qual seja, a implantação de um *programa educativo com conteúdo profissionalizante*. Nesse sentido, através da pesquisa buscou-se o conhecimento das condições objetivas que a área oferecia para o trabalho que se desejava implantar.

---

(1) Jancsó, Istvan, *Problemas de Qualificação da Força de Trabalho na Micro-Região de Vitória - ES*, estudo publicado pela FASE, mimeografado, 1974, p.1.

(2) *Idem, ibidem.*

Mais especificamente o estudo buscou conhecer:

- a - os mecanismos de compra e venda da força de trabalho no interior do mercado de trabalho da Micro-Região de Vitória;
- b - o nível médio de qualificação da força de trabalho;
- c - os mecanismos de qualificação da força de trabalho;
- d - distribuição espacial da força de trabalho na Micro-Região de Vitória.

Foram contratados dois técnicos para assumir o novo programa, e estes participaram da pesquisa em todas as suas etapas. Também foi definida a participação de um técnico da Equipe Nacional da FASE que deveria posteriormente acompanhar a equipe de Vitória de maneira sistemática e permanente.

A partir da análise chegou-se a algumas constatações:

- a - A área apresenta um intenso movimento intersetorial da força de trabalho, isto é, essa força de trabalho se movimenta intensamente entre os setores secundário e terciário (incluindo aqui a atividade de biscate).
- b - Os mecanismos de compra e venda da força de trabalho são principalmente mecanismos informais. Buscam-se empregados a partir de indicações dos próprios empregados das firmas, aviso na porta das firmas, etc. A exceção se situa na procura de mão de obra especializada e, aqui, além dos recursos anteriormente mencionados, se coloca também a solicitação direta das empresas ao SENAI e à Escola Técnica Nacional.
- c - Vitória é exportadora de mão de obra qualificada.
- d - O nível médio de qualificação, considerando o perfil do setor produtivo local, pelos padrões brasileiros, é satisfatório; considerando, por outro lado a demanda de empregos, repetindo o padrão brasileiro, é insuficiente.

- e - O sistema instalado atende às necessidades do setor produtivo, mas é limitativo do ponto de vista da população.
- f - Não existem em Vitória (com exceção dos empregados da Cia. Vale do Rio Doce), locais de moradia que representem concentração de população operária, independentemente de seu grau de qualificação.

Com base nessa análise, se processou a discussão e estabelecimento do Quadro Geral de Alternativas.

Este apontou, a partir de critérios definidos, áreas de atuação assim como forneceu indicações de natureza instrumental.

A partir do quadro geral, definiu-se um conjunto de atividades em dois níveis:

- ao nível de um programa de base, ou seja, da atuação direta junto à população;
- ao nível dos contatos com outros programas já existentes na área, considerados como um conjunto de práticas que visam a prestação de serviços à população.

Em relação ao programa de base se definiu, como objetivo, estabelecer um conjunto de práticas de caráter educativo, junto a uma população localizada no espaço, que permitisse a criação de instrumentos de atuação face ao processo produtivo em particular e ao processo social em geral. Esperava-se que a utilização desse instrumental resultasse na incorporação, por parte da parcela de população que viesse a se integrar no programa de base, de comportamentos que refletissem uma consciência baseada na solidariedade. (cf. Relatório).

Quanto aos contatos com outros programas, pensou-se em levar, através do instrumental escolhido por esses programas, a experiência acumulada pela FASE na busca do objetivo geral e, por outro lado, enriquecer, ainda mais, essa experiência

acumulada. (cf. Relatório).

Passou-se então à fase de escolha de instrumentos.

Em relação ao programa de base foram definidos dois instrumentos:

- a - Prestação de serviços de informação sobre atendimento médico-hospitalar e documentação.
- b - Um curso de madureza considerado como pré-qualificação devido às exigências de escolaridade como pré-requisitos à qualificação profissional propriamente dita e/ou empregos.

Esse seria o instrumento eixo do programa.

Em relação à segunda forma de atuação (contatos com outros programas já existentes) definiu-se o instrumento *treinamento*, isto é, colaboração em programas de capacitação, na forma definida pela entidade com a qual se colabora.

A definição do instrumento *curso de madureza* foi precipitada e esbarrou na realidade. Esse dado, que é fundamental para a compreensão do problema da relação avaliação-programação, é o núcleo dessa reflexão. Tratou-se de um erro, e foi a partir de sua localização que o programa encontrou o seu instrumento eficaz: curso de soldador.

avaliação - programação como idéia inicial

Em relação à questão específica da avaliação-programação o erro maior, cometido durante a etapa de implantação, foi buscar um detalhamento instrumental que não cabia nos limites de um Quadro Geral de Alternativas. Assim, apesar da definição geral ser adequada, o detalhamento não o foi. E mesmo que tivesse sido mais feliz, não resultaria do controle efetivo de variáveis que só a prática orientada por critérios precisos poderia apontar. Na verdade haveria sempre o

risco do recurso a um modelo, o que é o maior equívoco a ser evitado.

As alternativas de tipo instrumental deveriam considerar o objetivo geral do programa. A esse objetivo se chegaria através das duas formas principais de atuação: a) um programa de base; b) atuação junto a outros programas de base, no espírito de prestação de serviços a estes programas.

Esse objetivo geral desdobrava-se, portanto, em dois objetivos parciais, quais sejam, aqueles definidos em relação às duas formas de atuação citadas.

No que diz respeito à busca da articulação com outros programas, evitou-se o detalhamento precipitado, mas o mesmo não ocorreu com relação ao instrumento do programa de base: indicou-se o Curso de Madureza, ainda que ao nível de sugestão. Esse desvio em relação ao procedimento adotado face ao conjunto do Quadro Geral de Alternativas teve implicações sérias no desdobramento, não somente das atividades como um todo mas, também, mais especificamente, para a programação e para a avaliação. Por que?

Em primeiro lugar, porque a preocupação com o detalhamento instrumental do Curso de Madureza (tomada imediatamente como a alternativa e não como sugestão, tanto por parte dos agentes, quanto por parte dos assessores), esbarrava na realidade. As dificuldades que se apresentavam eram muitas, e a resistência dos agentes (aqueles mais próximos à população) à utilização do instrumento definia-se, *mas não encontrava a sua formulação adequada*. Os agentes intuam que o instrumento não era o mais adequado, e expressavam sua opinião, mas as discussões não eram conclusivas. E isso porque, principalmente, a intuição não era calçada, ainda, por uma análise mais sólida da prática. Assim, buscava-se a resolução das dificuldades no plano da informação de tipo instrumental (como preparar professores, como criar condições de

colaboração voluntária, etc.), sem se chegar ao fundamental: *a crítica de um erro de procedimento na etapa anterior, aquela da definição do Quadro Geral de Alternativas. Somente quando o volume e a qualidade da prática dos agentes permitiu localizar o erro na sua verdadeira natureza é que o programa de Vitória realmente encontrou o seu instrumento adequado.*

Com isso, há que detalhar alguns pontos:

1. O erro de procedimento que levou à definição precipitada do instrumento *Curso de Madureza* resultou, no fundo, da repetição do equívoco mais frequente na utilização do recurso programação-avaliação: *a busca de modelos*. No caso em pauta, *trata-se do recurso a modelo de tipo instrumental* (cursos de Madureza já eram utilizados em outros programas da FASE, em outras áreas).
2. O erro de procedimento decorreu, em parte, da aceitação de exigências não formuladas, de tipo funcional, da Instituição, no sentido de que o trabalho só seria legítimo, e o procedimento adequado, se se traduzisse em breve espaço de tempo em atividade definida. Como isso seria mais evidente através da utilização de um instrumento preciso (curso disso ou daquilo), suprimiram-se, num determinado momento, aspectos fundamentais para a determinação do instrumento que deveria ser o eixo do programa. Consideraram-se os critérios teóricos e técnicos para a definição do instrumento sem se considerar a articulação desses critérios com o critério da prática, prática junto à população. Assim chegou-se ao Curso de Madureza como instrumento do programa a partir dos seguintes critérios teóricos e técnicos:
  - ser um curso de pré-qualificação (enquanto considerado pré-requisito para a qualificação;
  - ser um instrumento de manejo fácil;
  - não exigir a alocação de muitos recursos;

- existência de experiência acumulada na Entidade (programas em outras áreas) no manejo do instrumento.

Todavia, o nível médio de escolaridade da população da área vinculada real ou potencialmente ao mercado de trabalho do setor secundário, estava aquém das exigências de escolaridade para o ingresso no Curso de Madureza. E mais, a proposta de Curso de Madureza, mesmo para aqueles que preenchiam essas exigências de escolaridade, não se constituía em motivação para a grupalização desejada.

Nessa medida subordinou-se, inconscientemente, o fundamental numa primeira etapa, isto é, o *procedimento* (testar os critérios teóricos e técnicos na prática junto à população), àquilo que deveria resultar de critérios adequados: instrumentos.

3. Acresce a isso que houve um alto grau de instabilidade na composição da equipe. Técnicos entravam e saíam, resultando num permanente processo de recuperação que dificultou a localização dos problemas fundamentais. O fato de que, mesmo nessas condições, o programa tenha encontrado o seu caminho, mereceria um comentário à parte. Cabe lembrar, de qualquer forma, que ainda permanece na equipe um agente que participou de todas as etapas do trabalho, assim como o fato de que o acompanhamento do trabalho por parte da Equipe Nacional não sofreu quebra de continuidade.

Nessas condições, a idéia inicial de avaliação-programação foi mantida. Baseava-se esta idéia no reconhecimento de que:

1. A avaliação e programação eram, necessariamente, práticas permanentes. Assim, haveria avaliação mensal, trimestral, semestral e anual.

2. A depender dos objetivos e imposições da prática, deveria prevalecer ora a dimensão *avaliação* ora a dimensão *programação*, sem que, em nenhum momento, uma dessas dimensões anulasse a outra.
3. Deveria haver uma coerência entre os níveis de aprofundamento da prática avaliadora e o nível de generalidade da programação. Assim é que a um aprofundamento maior da avaliação (avaliação anual) deveria corresponder um nível de maior generalidade na programação (redefinição de objetivos, adequação das práticas, definição de linhas básicas de atuação, determinação de etapas). Ao mesmo tempo, a avaliação de práticas precisas deveria corresponder uma programação precisa, detalhada, imediatamente instrumental: o detalhamento das atividades (do geral) deveria ser mensal, a cargo da equipe, objetivando responder às exigências imediatas da prática.

Com isso, a avaliação-programação desdobrava-se em níveis diversos, reproduzindo os níveis diversos de compreensão da prática. Daí, duas conseqüências:

1. O ponto de enfoque da avaliação deslocava-se, permanentemente. Isso implicava, por um lado, na redefinição contínua das prioridades e, por outro, numa atenção e cuidado permanentes para que não se perdesse de vista o conjunto da prática e seus objetivos, através da observância dos critérios e objetivos fundamentais que se reconhecia, ao menos a médio prazo, como permanentes.
2. A operacionalização das programações (já em diversos níveis) pressupunha a justa articulação e coerência na observância de critérios, prioridades e objetivos. Assim, o particular (prática e objetivos imediatos) forneceria referencial para o geral (objetivos do programa), mas não se podia subordinar a programação e a avaliação às exigências da prática ime-



diata, mas sim, compreendê-las como desdobramentos lógicos (se bem que flexíveis) da programação geral.

#### a prática

Essa compreensão inicial traduziu-se em prática. De início, como desdobramento do processo de implantação do programa, participavam das atividades de *avaliação-programação* tanto os membros da equipe local como também assessores, da Equipe Técnica Nacional, ou técnico contratado para esse fim. Nessa primeira etapa, a presença dos técnicos externos à equipe tinha uma finalidade dupla:

1. auxiliar a equipe na implantação de mecanismos de *programação-avaliação*;
2. colaborar no desdobramento do quadro geral de alternativas.

Com o cumprimento das tarefas decorrentes do primeiro ponto, após três meses de trabalho na área (duas avaliações-programações mensais e uma trimestral), julgou-se adequado que a participação de técnicos da Equipe Técnica Nacional da FASE se reduzisse aos encontros trimestrais, semestral e anual, o que foi feito até o encontro anual de avaliação-programação. A partir desta etapa, julgou-se que a equipe local teria condições de assumir não somente as tarefas inerentes à *avaliação-programação* mensal, mas também às trimestrais, sendo que a colaboração externa, no tocante à *avaliação-programação* se reduziria aos encontros semestrais e anuais.

#### ensinamentos da experiência

O processo desenvolvido pela equipe de Vitória, com a colaboração dos que participaram deste processo, no campo da avaliação-programação, tem vários ensinamentos úteis, e que merecem registro. Quatro pontos deverão merecer destaque: a relação avaliação-programação; a avaliação programadora; a programação avaliadora e, finalmente, a avaliação-programação como dimensão da prática no programa da equipe de Vitória, da FASE.

### a relação avaliação-programação

O processo, após ano e meio de trabalho, revelou com clareza a íntima vinculação de avaliação e programação. Erros cometidos no plano da programação reproduziram-se imediatamente no plano da avaliação e, a partir daí, induziram a novos erros de programação. Foi assim que a má compreensão que resultou na indicação do instrumento *Curso de Madureza* (e cujo sentido já foi apontado) produziu dificuldades na avaliação dos trabalhos e, até que não se localizasse o erro, reproduziu-se, novamente, no plano da programação. E isso se deve ao fato de que toda avaliação é programadora (explícita ou implicitamente), assim como toda programação é avaliadora (explícita ou implicitamente).

### a programação avaliadora

A programação, indiscutivelmente, é um momento da prática. Trata-se de uma etapa que se define pela reflexão sobre os caminhos a seguir, a ordenação das alternativas que se abrem e a eleição daquelas que se julga as mais adequadas. O referencial permanente desta atitude e desta prática é sempre a experiência anterior, com seus erros e acertos. E isso por duas razões muito simples:

- 1º) A programação é sempre continuidade e, por isso, ela sempre se baseia naquilo que foi feito, no sentido de dar continuidade (aperfeiçoando ou corrigindo, aprofundando ou alterando, não importa) a uma prática anterior.
- 2º) A programação é sempre prospecção, isto é, é sempre, também, olhar para a frente; programar é programar a ação. Ora, essa programação da ação implica na ordenação dos recursos disponíveis, e estes recursos (adequados ou não) são aqueles disponíveis no momento da programação. Assim, os elementos a programar resultam, ainda, da prática anterior.

É por isso que é preciso compreender a dimensão avaliadora de qualquer programação. E não somente compreender como também considerar, efetivamente, no momento da programação.

#### a avaliação programadora

Por outro lado, toda avaliação é, concomitantemente, programação. A avaliação é um momento da prática que se define, sumariamente, pela busca da compreensão sistemática daquilo que se está fazendo. Esse momento, que é o de voltar-se para o caminho percorrido, traz dentro de si, explícita ou implicitamente, o desejo de compreender erros e acertos para o melhor desempenho futuro. Assim, mesmo que se considere que o programa é um fracasso total (não atingiu os objetivos e nem tem condições de atingí-los), a avaliação indica sempre alternativas, isto é: programa. Mesmo que se cogite de encerrar um programa, *o encerrar é uma alternativa prática*. No caso do programa de Vitória, isso ficou muito claro, entre outros motivos, na análise dos procedimentos que levaram à escolha do instrumento *Curso de Madureza*. Somente quando se compreendeu o processo que resultou na escolha (avaliação) é que se teve condições de indicar uma alternativa adequada (programação), ou seja, curso de pré-qualificação profissional (curso simples de solda).

#### a avaliação-programação como dimensão da prática da equipe de Vitória

Mas também ficou evidente que *avaliação-programação* somente podem ser momentos da prática se a sua articulação com a totalidade da prática da equipe for considerada. Assim, ainda seguindo o exemplo do *Curso de Madureza*, o caminho para a localização do erro, como passou pela reflexão e análise, passou também, e fundamentalmente, *pela prática da equipe junto à população*. Na verdade foi essa prática que ofereceu os elementos que deram um caráter objetivo à reflexão e à análise. Esta somente foi operacional quando passou a ser, também, análise da prática. Explicitando, somente a partir

do contato direto com a população se apreendeu, em primeiro lugar, que o nível médio de escolaridade da parcela de população que se buscava atingir não correspondia às exigências de escolaridade para o ingresso no Madureza; em segundo lugar, que um instrumento no plano da escolaridade não continha a motivação necessária para a grupalização desejada. O instrumento no plano da escolaridade enquanto pré-qualificação da força de trabalho (no sentido de pré-requisito) se colocava enquanto tal para os agentes e a partir de experiências em outras áreas, mas não para aquela parcela dada da população que se buscava atingir. E é nesse sentido que avaliação-programação passaram a ser momentos da prática, isto é, uma das dimensões possíveis e necessárias do conjunto de práticas da equipe de Vitória.

### Articulação, Encontros e Seminários

Encontro de Comunidades Eclesiais de Base      Preparado de longa data, com encontros regionais, elaboração de relatórios, estudos de teólogos e sociólogos, o Encontro reuniu em Vitória, em fins de julho, mais de 100 representantes de todo o país.

Apesar do caráter um pouco "triunfalista" do encontro, e da dificuldade de se trabalhar com um grupo tão numeroso e heterogêneo (teólogos e teóricos, bispos e dirigentes, e pessoal das comunidades, o encontro teve, no entanto, um valor incontestável. Estudou as dificuldades e estrangulamentos atuais das CEB, as opções e objetivos, e o engajamento concreto das CEB na vida sócio-econômica.

Congresso Internacional sobre Educação de Adultos. Dar es Salaam, Tanzânia, 21 à 26 de junho de 1976      Organizado pelo Conselho Internacional para Educação de Adultos, e com larga participação internacional, o Congresso abordou entre outros temas:

a - Implicações da Nova Ordem Econômica, e o conceito de Desenvolvimento;  
b - Exame crítico da alocação de recursos à educação, tomando como prioridades a questão da distribuição equitativa da riqueza e dos serviços sociais;  
c - Importância da participação popular, e métodos de ampliar essa participação.

Seminário sobre Assessoria. Rio-Junho de 1976      Organizado por NOVA em Junho de 1976, com participação de técnicos em assessoria e agentes que orientam e ajudam programas de intervenção social.

A Assessoria a programas de intervenção social, como colaboração com os programas de base no planejamento, avaliação,

estudos de realidade, capacitação de agentes, torna-se no Brasil, sempre mais difundida e organizada. O Seminário quis reunir pessoas que trabalham nessa linha, para uma troca de experiência, e um aprofundamento da questão, em vista a melhorar continuamente a assessoria e, em consequência, a eficácia dos programas de base.

#### Entidades de trabalho social

**Cáritas Brasileira com nova Equipe Nacional**

Depois de longos meses de procura, avaliação e reestruturação, a Cáritas Nacional se reorganiza. Assumiu a superintendência a Srta. Elcy Rodrigues Lacerda.

Deseja-se todo sucesso à nova equipe nacional. Considerando o número assustador de Obras Sociais mantidas pela Igreja Católica (mais de 11.000), os sérios problemas encontrados (financeiros, de participação, de definição de objetivos educativos e outros) e o isolamento e desarticulação em que se encontram essas Obras e programas, a tarefa de uma equipe nacional de Cáritas será certamente difícil. Mas também, por isso mesmo, aparece como de suma importância, e merece a colaboração das outras entidades que atuam no campo social.

#### Publicações e instrumentos de trabalho

**Participação e Trabalho Social - C.A. Medina, Vozes - CERIS, 1976**

Baseando-se no conhecimento concreto de programas de intervenção social, e numa vasta experiência em análise de projetos, o autor aprofunda sobretudo a relação

Agente-Clientela: mostra a necessidade, para que haja trabalho social eficaz, de uma participação ativa, consciente e organizada da população, nos programas que a envolvem; exemplifica os meios e as condições para que o trabalho social seja realmente de promoção humana. Um subsídio valioso para todos os agentes de intervenção social.

**Conjuntos sonorizados de slides sobre Legislação Trabalhista e problemas operários-FASE**

Cinco conjuntos sonorizados de slides. Em preparação, devendo ficar prontos em outubro próximo.

FASE, juntamente com grupos de base de São Paulo, Nova Iguaçu e Vitória, prepara esses con-

juntos como subsídios ao trabalho de educação participativa. Os conjuntos destinam-se a grupos de meios operários, para uma reflexão, tomada de consciência e posição, e discussão sobre problemas deles e Leis do Trabalho.

Dossiers sobre a realidade das regiões-FASE

Breves documentos, destinados aos agentes de intervenção social. Os dossiers querem ajudar a inserir melhor os programas na realidade histórica, social e econômica da região. Atualmente em fase de acabamento, os dois primeiros da coleção: um sobre a zona rural do Paraná, e um sobre a região de Belém, PA.

#### Programa piloto de intervenção social

Programa de desenvolvimento em 12 municípios de Sergipe

Financiado pelo INAN, com recursos do Banco Mundial, e tendo EMBRATER e EMATERSE como órgãos executores, iniciou-se, em Sergipe, a implantação de um projeto experimental: *Produção de Alimentos e Melhoria do Estado Nutricional em áreas de baixa renda.*

O programa tem valor de piloto, e significação especial. Quer atingir, exclusivamente, pequenos produtores agrícolas (com terras de menos de 50ha); visa um desenvolvimento integrado, atingindo os aspectos de produção, comercialização, saúde e nutrição. E pode mostrar o valor para a economia regional e nacional, de se trabalhar com pequenos agricultores.

A respeito do 1º número de "Proposta"

Ficou certo que nossa avaliação teria a seguinte perspectiva: expressar a nossa opinião sobre o 1º número da Proposta, como agentes de base. Isso para evitar especulações, o que poderia significar para outros, sem por isso omitirmos algumas observações gerais baseadas na evidência e/ou experiência com outros agentes.

#### OBSERVAÇÕES GERAIS:

Achamos a leitura do primeiro número nem "fácil, nem agradável". Falamos da possibilidade do caráter massivo deste número já desanimar uma certa categoria de agentes, não ou menos profissionais. Porém, queremos deixar bem claro que a revista foi muito bem recebida e que - na base deste número - achamos que ela vai nos dar uma grande ajuda na reflexão e prática educativa. Constatamos, aliás, no próprio ato desta avaliação, que ela já conseguiu despertar um bom diálogo en-

tre agentes e agentes-redação.

#### O CONJUNTO:

Apesar dos artigos não se organizarem em redor de um determinado tema, a redação conseguiu uma coerência, principalmente através da linha, e da tônica com que trata os assuntos.

Apreciamos bastante a preocupação com o "aparelhamento conceitual" que se encontra em todos os artigos (principalmente no primeiro).

Consideramos muito positivo o fato da FASE assim questionar e avaliar abertamente os seus trabalhos, mostrando ter mais interesse pelo aperfeiçoamento do seu serviço do que pela aparência da sua imagem.

#### ASSISTENCIALISMO:

Achamos este artigo unanimemente o mais importante e o mais bem sucedido. Ele conseguiu o objetivo: sistematizar o assunto e amarrar a questão. O artigo cria assim



as condições mais favoráveis para o leitor ampliar a sua visão crítica e iniciar o diálogo. Só a passagem sobre "paternalismo" e "modernização" é densa. Uma colocação menos resumida e mais aprofundada teria servido mais à clareza do diálogo.

Fizemos ainda ligeira observação de que teria sido bem dizer, explicitamente, que a crítica ao projeto de Alto Lage era a crítica da própria equipe, inclusive do próprio agente da FASE. Isso evitaria um possível mal-entendido e resistência por parte de outros agentes.

#### CURSOS:

O artigo revela bem o grau de dificuldade da intervenção social no meio urbano. Perguntou-se, se a análise, além de não abrir muita perspectiva, não deixa transparecer um certo pessimismo. Ao terminar o artigo, o leitor fica bem mais convicto dos "limites" do instrumento-curso do que das suas "possibilidades".

Que a validade de (qualquer) instrumento depende de "como usá-lo", ninguém duvida, mas o que a gente espera, são indicações concretas a respeito

desse "como".

As observações nesse sentido (p. 40) são bastante gerais e meio vagas.

O mesmo se dá quanto à "continuidade", ligada à articulação: nenhum exemplo, nenhuma sugestão concreta.

Entendemos que o trabalho conscientizador do curso pode e deve transcender o curso-instrumento, mas duvidamos também que o curso por si abra alternativas de prática. Concordamos com a afirmação de que alternativas de prática, correlatas à força e ao mundo de trabalho, levariam muito mais ao objetivo do curso do que por ex. práticas ligadas a um contexto pastoral. Mas de novo se pergunta: já existe (ou pelo menos adivinha-se) uma determinada prática desse tipo? Não queremos "receitas ou soluções, mas apenas algumas dicas ou experiências que se realizam" em algum canto. Isso exatamente em termos de diálogo. De qualquer jeito, agora, o artigo não deixa de provocar o leitor...

#### PROJETO AGRÍCOLA:

Este artigo para nós traz

pouca novidade. Confirmamos a validade dos questionamentos, que são muito bem colocados e deixados em aberto. Eles não diferem muito dos da equipe-Garanhuns.

#### O CULTO AO ÚLTIMO LIVRO:

Uma reflexão interessante, que ao mesmo tempo serve para motivar e relativar a edição da "Última Revista".

FORMA: Achamos o formato excelente. Uns preferem a forma em colunas, outros não.

#### SUGESTÕES:

Talvez, uma certa dosagem de informação, possa dar a revista um caráter menos massivo.

Para um bom entendimento dos questionamentos e análises, parece-nos necessário dar mais dados concretos e mais contexto. ("Sitz im Lebem").

Às vezes os agentes da FASE dispõem de informação que falta a outros agentes.

Na linha de promover um diálogo seria preferível não analisar tanto determinadas experiências, mas antes colocar questionamentos como questão aberta, conceituações, convergências de experiências, etc.

Uma vez que a revista preten-

de ser eminentemente crítica, será preciso um cuidado especial para ela não se transformar numa espécie de "cátedra", donde FASE vai avaliando...

Principalmente quando se trata dos trabalhos de outros grupos ou entidades.

Fala-se tanto em "articulação" que nos perguntamos: não seria útil Proposta explicitar mais um pouco o embasamento teórico, as dificuldades e a estratégia da articulação?

Quando se trata de um assunto ou tema seria útil Proposta orientar o aprofundamento através de uma bibliografia. Na forma sugerimos:

- a - mais ilustração (uma vinheta simples já ia quebrar a monotonia do texto);
- b - o uso da letra-set (mais grossa) no título;
- c - a repetição da xilogravura da capa dentro do texto da revista. (Numa folha solta).

#### CONTRIBUIÇÃO:

Vamos escolher de cada número um ou dois artigos para aprofundamento em equipe. Mandaremos um relatório para a redação. (Esta vez, a

equipe urbana, motivada pelo trabalho de implantar um curso, escolheu o artigo sobre "Cursos" para um estudo mais aprofundado).

A equipe-biblioteca coordenará as observações de natureza mais geral (pontos positivos ou negativos) para comunicá-las à redação.

Recife, 09 de Agosto de 1976.

EQUIPE DA FASE RECIFE



**EQUIPES LOCAIS**

**REGIONAL NORTE**

Escritório de Belém  
Rua Bernal do Couto nº 1329  
(0912) 22.0318  
66.000 - Belém - PA

Escritório de Cametá  
Rua Frei Cristovão de Lisboa 1420  
68.400 - Cametá - PA

Escritório de Santarém  
Rua 24 de Outubro nº 952  
68.100 - Santarém - PA

Escritório de Sto. Antônio de Tauá  
Santo Antônio de Tauá - PA

Escritório de São Luis  
Conjunto Yolanda Costa e Silva

Quadra G, casa 2  
2.1817  
65.000 - São Luis - MA

**REGIONAL NORDESTE**

Escritório de Recife  
Rua Pacífico dos Santos nº 110  
(0812) 22.0025  
50.000 - Recife - PE

Escritório de Garanhuns  
Av. Rui Barbosa nº 200  
2392  
55.300 - Garanhuns - PE

Escritório de Fortaleza  
Rua Dona Leopoldina nº 1344  
(0852) 26.2881  
60.000 - Fortaleza - CE

**REGIONAL SUDESTE-SUL**

Escritório do Rio de Janeiro  
Rua das Palmeiras nº 90  
(021) 266.1265 246.4559  
20.000 - Rio de Janeiro - RJ

Escritório de Vitória  
Rua 7 de Setembro nº 529  
(0272) 3.7436  
29.000 - Vitória - ES

Escritório de São Paulo  
Rua Loefgren nº 1651, casa 6  
(011) 71.4694  
04040 - São Paulo - SP

Escritório de Porto Alegre  
Rua Gaspar Martins nº 470  
(0512) 25.0787  
90.000 - Porto Alegre - RS

# PROPOSTA

no próximo número

## INTERVENÇÃO SOCIAL



**Federação de Orgãos para Assistência Social e Educacional**

**Escritório Nacional: Rua das Palmeiras, 90 - ZC 01**

**Tel.: (021) 266-1265 e 246-4559**

**20.000 - Rio de Janeiro (RJ).**